

3

**MATERIAL DO
PROFESSOR**

• **Sociologia**

**CIÊNCIAS HUMANAS
E SUAS TECNOLOGIAS**



**DOM
BOSCO**
by Pearson

PRÉ-VESTIBULAR
EXTENSIVO



**MATERIAL DO
PROFESSOR**

• **Sociologia**

**CIÊNCIAS HUMANAS
E SUAS TECNOLOGIAS**

DOM BOSCO - SISTEMA DE ENSINO
PRÉ-VESTIBULAR 3
Ciências humanas e suas tecnologias.
© 2019 – Pearson Education do Brasil Ltda.

Vice-presidência de Educação	Juliano Melo Costa
Gerência editorial nacional	Alexandre Mattioli
Gerência de produto	Silvana Afonso
Autoria	Stefano Schiavetto Amancio
Coordenação editorial	Luiz Molina Luz
Edição de conteúdo	Raíssa Cardoso
Preparação	Adriana Cristina Cardoso
Revisão	Liane Pilon
Gerência de Design	Cleber Figueira Carvalho
Coordenação de Design	Diogo Mecabo
Edição de arte	Débora Lima
Coordenação de pesquisa e licenciamento	Maiti Salla
Pesquisa e licenciamento	Cristiane Gameiro, Heraldo Colon, Andrea Bolanho, Maricy Queiroz
Ilustrações	Carla Viana
Projeto Gráfico	Apis design integrado
Diagramação	Editorial 5
Capa	Apis design integrado
Imagem de capa	inoby/istock
Produtor multimídia	Cristian Neil Zaramella
PCP	George Baldim, Paulo Campos

Todos os direitos desta publicação reservados à
Pearson Education do Brasil Ltda.

Av. Santa Marina, 1193 - Água Branca
São Paulo, SP – CEP 05036-001
Tel. (11) 3521-3500

www.pearson.com.br

APRESENTAÇÃO

Um bom material didático voltado ao vestibular deve ser maior que um grupo de conteúdos a ser memorizado pelos alunos. A sociedade atual exige que nossos jovens, além de dominar conteúdos aprendidos ao longo da Educação Básica, conheçam a diversidade de contextos sociais, tecnológicos, ambientais e políticos. Desenvolver as habilidades a fim de obterem autonomia e entenderem criticamente a realidade e os acontecimentos que os cercam são critérios básicos para se ter sucesso no Ensino Superior.

O Enem e os principais vestibulares do país esperam que o aluno, ao final do Ensino Médio, seja capaz de dominar linguagens e seus códigos; construir argumentações consistentes; selecionar, organizar e interpretar dados para enfrentar situações-problema em diferentes áreas do conhecimento; e compreender fenômenos naturais, processos histórico-geográficos e de produção tecnológica.

O Pré-Vestibular do Sistema de Ensino Dom Bosco sempre se destacou no mercado editorial brasileiro como um material didático completo dentro de seu segmento educacional. A nova edição traz novidades, a fim de atender às sugestões apresentadas pelas escolas parceiras que participaram do Construindo Juntos – que é o programa realizado pela área de Educação da Pearson Brasil, para promover a troca de experiências, o compartilhamento de conhecimento e a participação dos parceiros no desenvolvimento dos materiais didáticos de suas marcas.

Assim, o Pré-Vestibular Extensivo Dom Bosco by Pearson foi elaborado por uma equipe de excelência, respaldada na qualidade acadêmica dos conhecimentos e na prática de sala de aula, abrangendo as quatro áreas de conhecimento com projeto editorial exclusivo e adequado às recentes mudanças educacionais do país.

O novo material envolve temáticas diversas, por meio do diálogo entre os conteúdos dos diferentes componentes curriculares de uma ou mais áreas do conhecimento, com propostas curriculares que contemplem as dimensões do trabalho, da ciência, da tecnologia e da cultura como eixos integradores entre os conhecimentos de distintas naturezas; o trabalho como princípio educativo; a pesquisa como princípio pedagógico; os direitos humanos como princípio norteador; e a sustentabilidade socioambiental como meta universal.

A coleção contempla todos os conteúdos exigidos no Enem e nos vestibulares de todo o país, organizados e estruturados em módulos, com desenvolvimento teórico associado a exemplos e exercícios resolvidos que facilitam a aprendizagem. Soma-se a isso, uma seleção refinada de questões selecionadas, quadro de respostas e roteiro de aula integrado a cada módulo.

MATERIAL DE USO EXCLUSIVO
SISTEMA DE ENSINO DOM BOSCO

9

ESTADO E POLÍTICA: TEORIAS CLÁSSICAS E MODERNAS

- O conceito de política
- A concepção clássica de política e suas variações na Idade Média
- A concepção moderna de política
- Estado a partir da Revolução Industrial: capitalismo e liberalismo
- Estado interventor e suas formas

HABILIDADES

- Compreender as origens do conceito de política e a relevância da atividade política cidadã.
- Compreender o autoritarismo como provocador de desigualdades sociais.
- Compreender o liberalismo e o intervencionismo como formas de organização do Estado e da sociedade.

O conceito de política surgiu na Grécia Antiga como uma forma de organização social que dependia da participação ativa e constante de todos os cidadãos para, principalmente, definir os rumos da vida em sociedade. Ao longo da história, esse conceito sofreu variações: na Idade Média, era atrelado à religião católica e, na Idade Moderna, centralizado na figura dos monarcas. Tanto em um período como no outro, nenhum cidadão tinha direito ao livre pensamento e a protestar contra as decisões governamentais sobre a vida em sociedade.

Nos séculos XIX e XX, com o Iluminismo, a Independência dos Estados Unidos, a Revolução Francesa e a Revolução Industrial, o cenário político transformou-se novamente. A ideia de cidadania universalizou-se e buscou romper com os privilégios que, na definição dos rumos da sociedade, favorecem grupos sociais em detrimento de outros. Esse progresso, vale ressaltar, aconteceu apesar de ainda existir escravidão, negação de igualdade entre homens e mulheres e diversas outras desigualdades. Ainda assim, é nesse período em que o Estado democrático avança na universalização da cidadania para mais grupos sociais. E, ao mesmo tempo, é quando se levanta a questão sobre o quanto ele deve interferir na economia.

As diferentes concepções de Estado que surgem a partir disso permitem compreender melhor as bases da nossa política atual.

O conceito de política

No Brasil, a palavra política costuma nos remeter a sensações e pensamentos desagradáveis por estar associada a notícias, reportagens e memórias vinculadas a casos de corrupção, descaso com bens públicos e disputas por poder e privilégios. Como consequência, ao longo das últimas décadas, muitos cidadãos brasileiros têm se afastado da participação política e do interesse sobre o assunto. Esse afastamento acarreta, inevitavelmente, o enfraquecimento da representatividade da sociedade nos cargos políticos, tanto pela ausência de votos como pelo voto inconsciente sobre as propostas e a idoneidade dos candidatos. Outra consequência disso é a diminuição da relação entre os interesses da população e as novas legislações. Afinal, não há proposição de leis pela sociedade nem a expressão da vontade popular por meio de protestos. Por consequência, ocorre, também, a fragilização da democracia e o fortalecimento de práticas autoritárias pelos governantes, já que eles percebem a cidadania inativa das pessoas e utilizam seus cargos para usufruir de privilégios, em detrimento das demandas da sociedade.

Por **política**, o conceito-chave deste módulo, devemos compreender a ação de intervenção no mundo e de compreensão e alteração dele por meio da cidadania ativa. Trata-se de um conceito maior do que a representatividade governamental obtida por meio do voto no período eleitoral, porque convoca cada pessoa a cumprir com o seu compromisso e a sua responsabilidade perante o lugar onde vive. Agir no mundo de modo consciente e solidário é, portanto, o que fundamenta a política.

A concepção clássica de política e suas variações na Idade Média

O desinteresse político seria impensável no século V a.C., em Atenas, onde os cidadãos consideravam o exercício da cidadania um dever rotineiro e a própria política um fundamento da condição humana. O espaço público, a *ágora*, era o coração da

pólis, a cidade-Estado. Esta palavra deu origem ao termo “política”, cujo significado, atualmente, fundamenta-se no conceito clássico ateniense.



GEORGESCU GABRIEL/SHUTTERSTOCK

O Partenon, criado pelo estadista Péricles, é um dos símbolos da democracia ateniense.

O conceito clássico de política foi referência para a Roma Antiga, que também contribuiu para a atual conceituação do termo. Nesse período, tanto a representatividade governamental como a ação do Estado voltada para o povo ganharam espaço na denominada *República* (“coisa pública”), que passou a ser composta pelos representantes do povo e das elites. Com isso, os protestos tornaram-se mais frequentes naquela sociedade.

Já durante a Idade Média, após a dissolução do Império Romano e a fragmentação do poder em feudos, ducados e principados, de início amplamente influenciados pela Igreja Católica, a configuração do Estado e o exercício do poder político eram bastante diferentes. Nos feudos, predominava a relação de suserania e vassalagem. O suserano doava parte de seu domínio para outro nobre e, em troca, recebia, principalmente, apoio militar. A política era, então, marcada pela proximidade entre as partes envolvidas e por vínculos muitas vezes familiares, o que tornava o gerenciamento das organizações políticas um negócio fundamentalmente familiar. Havia maior horizontalidade de poder entre nobres e menos verticalidade entre eles e o corpo político que dominava o Estado. Em contrapartida, entre nobres e camponeses havia ampla verticalidade: o campesino sujeitava-se ao pagamento de tributos em troca de proteção e da possibilidade de trabalhar nas terras do senhor feudal.

Nos ducados, principados e no próprio vaticano, o poder político mostrava-se mais concentrado na figura do rei, príncipe ou duque e tinha compromissos em relação à população urbana. Nesse sentido, o poder político era mais semelhante à herança romana. Ao longo da Idade Média, houve progressiva centralização do poder político na figura do rei, inclusive nas áreas em que predominavam os senhores feudais. Isso deu origem a impérios como o Carolíngio e o Sacro Império Romano-Germânico que, futuramente, configuraram-se nos atuais países europeus. Essa centralização do poder real teve forte influência das Cruzadas e da reabertura comercial no Mar Mediterrâneo, no século XIII, que favoreceu a formação de uma nova classe social: a burguesia. Posteriormente, ela se enriqueceu a ponto de adquirir poder

econômico suficiente para financiar tal centralização do poder real e, com isso, conquistar o poder político. De fato, desde o fim da Idade Média até os dias atuais, a burguesia (detentora do capital industrial, comercial e financeiro) foi a principal influenciadora da política.

A concepção moderna de política

A Idade Moderna, sequente à Idade Média, foi marcada pela extensa produção intelectual sobre o conceito de política e de Estado. Enquanto, de um lado, uns favoreciam o poder absoluto na figura de reis e príncipes, outros, de outro lado, dissertavam sobre a necessidade de uma organização política republicana e democrática.

MAQUIAVEL: A POLÍTICA COM VALOR EM SI MESMA

Ao longo de sua vida, Nicolau Maquiavel (1469-1527) ocupou cargos a serviço de sua cidade natal, Florença, atuando nas relações públicas e militares entre a sua cidade e as demais, como Roma, Veneza e o Vaticano. Ele viveu durante a ascensão do Renascimento italiano, período de renovação artística, política e econômica em relação à Idade Média e, com isso, acompanhou Leonardo da Vinci e Michelangelo, no campo das artes; César Bórgia, no campo político e militar; o papa católico Alexandre VI, pai de César Bórgia, e o protestante Martinho Lutero, no campo religioso. Ao viver nesse contexto, Maquiavel, com suas notórias habilidades de observação, estudo, análise e escrita, produziu a obra *O Príncipe*, publicada em 1532, na qual faz uma síntese sobre o que havia levado governantes ao sucesso e ao fracasso na administração de seus Estados, ou seja, na política – entendida enquanto a administração do poder estatal com objetivo de manter a paz e também o poder centralizado nas mãos do governante.



PALÁCIO VECCHIO, FLORENÇA, TOSCANA, ITÁLIA

Retrato de Nicolau Maquiavel, de Santi di Tito (1536-1603). Óleo sobre madeira, 104 cm x 85 cm.

A interpretação maquiavélica rompeu com a tradição católica medieval, que entendia a política como uma prática virtuosa exercida pelo governante em prol de seus súditos, o que dava ao governante um caráter benevolente e protetor, muito distante da realidade histórica marcada por conflitos de terras, religiosos, entre outros. Assim, Maquiavel afastou a religião da política, assinalando esses dois campos como díspares. Para ele, a política deveria ter um fim em si mesma e não ser subordinada a valores externos, como a religião. A partir disso, configurou-se o que se entende hoje por Estado laico, modelo de organização e de disputa política moderno.

Em sua obra, Maquiavel não faz uma defesa pessoal da necessidade da imoralidade para o exercício da política. Na verdade, ele analisa as relações entre moral e política, mostrando que o sucesso de um governante se dá quando ele se utiliza da imoralidade nos momentos em que ela é de fato necessária:

Há tamanha distância entre como se vive e como se deveria viver, que aquele que trocar o que se faz pelo que deveria se fazer aprende antes a arruinar-se que a preservar-se; pois um homem que queira fazer em todas as coisas profissão de bondade deve arruinar-se entre tantos que não são bons. Daí ser necessário a um príncipe, se quiser manter-se, aprender a poder não ser bom e a valer-se ou não disto segundo a necessidade.

MAQUIAVEL, Nicolau. *O Príncipe*. São Paulo: Martins Fontes, 2004. p. 7.

Sua intenção é revelada quando afirma: “parece-me mais conveniente procurar a verdade efetiva das coisas do que o que se imaginou sobre elas” (Idem, *ibidem*, p. 73).

Como consequência histórica, Maquiavel contribuiu para o estudo científico sobre o exercício do poder político absolutista (concentrado plenamente na figura do governante). Além disso, influenciou governantes que favoreciam o poder absolutista, como Napoleão Bonaparte, que declarou ser assíduo leitor de *O Príncipe*. Em contrapartida, é importante ressaltar que Maquiavel, em sua obra *Discurso sobre a década de Tito Lívio*, também dedicou-se ao estudo da eficiência do Estado republicano.

Considerando a contribuição de Maquiavel para a formação do Estado nacional e a ressignificação da política, vale destacar os conceitos de *virtù* e fortuna, os quais, segundo Maquiavel, são necessários a qualquer governante que deseje perpetuar seu poder sobre o Estado e, conseqüentemente, sobre a sociedade organizada ao seu redor. O autor definiu **fortuna** como o contexto socio-histórico que deve ser compreendido e respeitado; e *virtù* como as qualidades políticas exigidas para se manter o poder, desde que quem o detenha seja destemido e astuto para compreender as necessidades impostas pela fortuna, usando até mesmo a imoralidade quando necessário.



Retrato de César Borgia, de Altobello Meloni (1490/91-1543). Óleo sobre madeira, 58,1 cm x 48,2 cm. César Borgia é a principal referência de Maquiavel em *O Príncipe*. Borgia, filho do papa Alexandre VI, herdou principados do Vaticano e, durante décadas, expandiu seus domínios em busca da unificação italiana. De extrema habilidade administrativa e militar e manipulador e astuto no uso (quando necessário) da imoralidade, ele foi bem-sucedido no domínio de vários territórios. Apesar de impecável *virtù*, o sucesso de Borgia estava, segundo Maquiavel, excessivamente atrelado à fortuna de ter seu pai como papa, falecido em 1503. Isso porque, após o seu falecimento, o príncipe teve dificuldades de manter seus laços com o Vaticano e, assim, assegurar seus domínios e sua expansão.

É principalmente nesse aspecto que a concepção política de Maquiavel se distanciou da concepção católico-cristã até então predominante. Com isso, ele abriu caminho para um decisivo processo político que se arrastou por todo o período moderno e consolidou-se apenas a partir do século XIX: a secularização do Estado ou, como já foi mencionado, a separação entre as esferas religiosa e política, que se tornariam independentes.

DISTANCIAMENTO HISTÓRICO ENTRE O PODER POLÍTICO E O PODER ESPIRITUAL

O conflito entre Igreja e Estado marcou o contraponto entre as duas forças. Aponta-se como divisor de águas o século XIII, quando a influência da Igreja Católica se desintegrou e foi, a partir do século XVIII, substituída pelo estado secular. A Reforma Protestante, o Renascimento cultural e científico e a criação do Estado nacional moderno contribuíram para essa transição, na medida em que enfraqueceram e/ou modernizaram os valores religiosos e os distanciaram do cotidiano político e econômico.

A substituição dos Estados medievais, fragilizados devido à interferência religiosa, pelo Estado secular (Estado laico ou racional-legal) significou a substituição da atividade política de caráter pessoal pela atividade política de caráter impessoal. Enquanto a primeira era

exercida pelo rei, representante humano das forças divinas, a segunda era exercida por governantes que passaram a ser escolhidos entre os governados – parte constituinte do povo e ideal de coletividade para unir uma nação. Esse modelo surgiu com a revolução política e econômica ocorrida entre os séculos XVII e XVIII na Inglaterra, conduzindo a burguesia ao poder político.

Estado a partir da Revolução Industrial: capitalismo e liberalismo

O Estado laico tem sua origem diretamente atrelada à Revolução Industrial e ao liberalismo, tendo incorporado o **Estado liberal**, cujas bases ideológicas se sustentam nas ideias de John Locke (1632-1704) e Adam Smith (1723-1790).



Estátua de Adam Smith, em Edimburgo, Escócia.

Apesar de o termo “liberal” remeter à ideia de liberdade, é preciso compreendê-lo em oposição ao Estado absolutista e em convergência à concepção ideológica da elite econômica dominante do período, composta por industriais, financistas e grandes comerciantes. Segundo eles, o rei e o excessivo intervencionismo do Estado nos negócios particulares vinham trazendo transtornos para eles. Liberalismo, portanto, refere-se à liberdade de mercado, com a qual os agentes econômicos – consumidores e produtores – podem encontrar-se e negociar as condições mais vantajosas para ambos sem impedimentos. A ausência do Estado nesse cenário reforça a naturalização dessas relações, de modo a acarretar consequências relevantes para a esfera política.

Na visão de Adam Smith, o Estado deveria ter a função exclusiva de participar dos setores de segurança, controlando as forças de coerção e as áreas de educação e saúde. No primeiro caso, para garantir as liberdades individuais e a ordem social; nos outros dois,

para assegurar iguais condições de concorrência aos indivíduos, princípio essencial do liberalismo.

O processo histórico de cada país possibilita analisar os tipos de governo existentes. A história da França, por exemplo, considerando especialmente a Revolução Francesa, esclareceu as bases do liberalismo em 1789 ao estabelecer os princípios de liberdade, igualdade e fraternidade, que consolidaram o modelo democrático-burguês.

Estado interventor e suas formas

Esse modelo ideal de Estado não resistiu ao avanço histórico. No século XIX, com a Segunda Revolução Industrial, e, principalmente, no século XX, após a crise de 1929, os Estados nacionais passaram a exercer maior controle sobre a esfera econômica, a fim de garantir vantagens na competição com outras nações industrializadas. Com isso, ficaram conhecidos como **Estados interventores**, em oposição aos Estados liberais.

O início do século XX foi marcado por episódios turbulentos no campo político e econômico, como a Primeira Guerra Mundial e a Crise Econômica de 1929, também chamada de Grande Depressão. Surgiu, então, a necessidade de mudanças globais para enfrentar a recessão decorrente desses dois acontecimentos. Afinal, o Estado liberal, com sua política de não intervenção e sua crença na autorregulação do mercado, não dispunha de mecanismos para superar o desemprego generalizado e a falência de empresas em decorrência da especulação financeira desenfreada.

A crise começou a ser superada a partir da interferência do então presidente dos Estados Unidos, Franklin Delano Roosevelt (1882-1945), que passou a defender um Estado mais atuante e combativo aos efeitos da crise. O programa de Roosevelt para enfrentar a crise foi chamado de *New Deal*, cujas bases eram claramente inspiradas no keynesianismo, pregando o incentivo à demanda como forma de superar a recessão econômico-financeira. Dentro dessa proposta, o Estado deveria promover uma intervenção no mercado até que ele adquirisse condições de autorregulação. Esse modelo ficou conhecido como **Estado regulador**. Em consequência da Crise de 1929, surgiram diversos tipos de Estado interventor, particularmente na Europa e na América do Sul.

O modelo europeu ficou conhecido como **Estado totalitário** (ou totalitarismo), cujos exemplos mais comuns vêm da Alemanha de Adolf Hitler, da Itália de Benito Mussolini e da antiga União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) de Josef Stalin, cada qual com suas especificidades e seus pontos em comum. Nesse modelo, o Estado controla plenamente a sociedade e suas atividades econômicas, impedindo e desqualificando a disseminação tanto de ideias contrárias à atuação do Estado como de qualquer forma de atuação isolada. Nesse caso, considera-se que o Estado é forte apenas quando a população permanece unida sob a mesma bandeira.



Cena do filme *A Onda* (2008), do diretor e roteirista alemão Dennis Gansel. Baseada em fatos reais, a obra retrata uma turma de estudantes de ensino médio, na Alemanha, que participa, sob a orientação do professor de história, de um experimento em que desenvolvem um Estado autoritário fictício. O experimento permite a vivência do autoritarismo em paralelo com a democracia. Com isso, os estudantes se sentem motivados a exercer a política e acabam reconhecendo que o apolitismo pode favorecer o surgimento de um Estado autoritário. Eles são levados a refletir sobre a relevância da politização e do reconhecimento da dimensão coletiva da liberdade.

Sob a denominação de **populista**, o modelo de Estado regulador na América Latina teve grande sustentação em países como Brasil, Argentina e México. Sua força está no líder carismático a quem a população dá apoio, graças a práticas de distribuição de benefícios e de melhorias trabalhistas, num quadro de desenvolvimento urbano-industrial. As vantagens desse modelo associam-se principalmente ao uso de aparelhos de infraestrutura do governante em favor das políticas de industrialização. Isso provocou modificações sensíveis no jogo político, criando oportunidade para a atuação de grupos sociais descontentes com o não atendimento de algumas demandas e permitindo a conspiração de grupos que constituíam as elites.

KEYNESIANISMO E ESTADO DE BEM-ESTAR SOCIAL

Como já foi mencionado, o início do século XX foi marcado pela Primeira Guerra Mundial e pela Crise de 1929 e seu conseqüente declínio econômico e aumento de desemprego. Nesse contexto, John Maynard Keynes (1883-1946), do Reino Unido, elaborou um conjunto de teorias econômicas e medidas práticas que foram amplamente adotadas durante o século XX. Em síntese, ele defendia que os países em crise deveriam ter um Estado interventor na economia, especialmente na criação de empregos por meio de obras e investimentos públicos em geral. O livre mercado teria de ceder para que o Estado resolvesse o amplo problema do desemprego. Além disso, deveria reduzir a taxa de juros para incentivar o consumo e conter a inflação.

Na segunda metade do século XX, especialmente no pós-Segunda Guerra Mundial, o *welfare state*, ou estado de bem-estar social, passa a ser dominante na Europa até a década de 1980, momento de crise do chamado socialismo real. Este sistema econômico e político também se pautava pelo intervencionismo estatal, mas procurava reduzir as desigualdades geradas pelo sistema capitalista por meio de investimentos em serviços públicos voltados à população e da criação de uma rede de seguridade social. Como forma de garantir recursos orçamentários para tamanha tarefa, o Estado introduziu o sistema de

imposto progressivo, em que os impostos são reduzidos conforme a renda da família decresce, de modo que os mais abastados paguem impostos maiores.

CRISE E CRÍTICAS AO ESTADO INTERVENTOR

O Estado de bem-estar social foi amplamente criticado pela elite econômica em razão de limitar seus investimentos e crescimentos privados. Entretanto, essa elite não propunha a volta ao liberalismo, que, como foi mencionado, atribuía ao Estado a função de promover a saúde, a educação e a segurança. Essa elite, denominada **neoliberal**, passou a exigir que o Estado permitisse o investimento privado também nesses campos. Vários países, inclusive o Brasil, passaram a conhecer, a partir da década de 1980, uma ampliação maciça de escolas, faculdades, institutos de ensino e convênios médicos e odontológicos particulares. A iniciativa privada retorna, portanto, exigindo o **Estado mínimo**.

Um fato histórico marcante para a decadência do Estado de bem-estar social e a ascensão do Estado neoliberal foi a crise do petróleo de 1970. Ela foi marcada por disputas políticas e econômicas que resultaram na criação da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (Opep). Essa organização passou a controlar o preço do barril e elevou-o de 2 para 12 dólares num curto espaço de tempo. Como as nações mais industrializadas eram dependentes do petróleo, entraram em crise. O aumento do investimento estatal permitiu minorar os efeitos do colapso econômico, mas, em contrapartida, resultou no desequilíbrio das finanças públicas.

Os neoliberais, críticos do intervencionismo, alegaram que era necessário diminuir a máquina estatal e abrir mais espaço para a iniciativa privada a fim de permitir a livre concorrência, desburocratizar e tornar mais dinâmicas as relações comerciais e, enfim, evitar o desequilíbrio das contas públicas. Para eles, esses fatores poderiam ter evitado a gravidade da crise após a elevação do preço do barril de petróleo.

O novo modelo de Estado neoliberal foi inicialmente introduzido por Ronald Reagan (1911-2004) e Margaret Thatcher (1925-2013), presidente dos Estados Unidos e primeira-ministra da Inglaterra, respectivamente.

ROTEIRO DE AULA

ESTADO E POLÍTICA

Política clássica

Segundo a filosofia grega, a política é uma das características que definem a humanidade. Consiste na expressão, no debate e na atitude de decidir e de guiar os rumos da sociedade. A negação da política significaria ter uma vida passiva, direcionada por terceiros, o que impede a liberdade.

Política moderna

Maquiavel

Segundo a filosofia moderna de Maquiavel, a política deve ter um fim em si mesma. Governar significa beneficiar a vida pública, de modo independente da religião. A política não ser subordinada a valores externos, como a religião, e o regente deve valer-se de suas virtudes para implantar as ações necessárias à estabilidade do Estado e ao bem-estar do povo.

Liberalismo e neoliberalismo

Numa definição ampla e contemporânea, defende que o Estado deve zelar pela boa qualidade de vida de sua população, inclusive via processos democráticos e com o respeito aos direitos civis, políticos e sociais. Entretanto, o Estado não deve interferir na economia, permitindo a livre ação da propriedade privada. O neoliberalismo, mais radical na ideia de Estado mínimo, defende a privatização, inclusive, da saúde e da educação, além da redução de direitos trabalhistas.

ROTEIRO DE AULA

Estado de bem-estar social

Defende que o Estado deve interferir na economia. Sua origem remonta às crises do Estado liberal, especialmente no âmbito do desemprego, e à crise econômica, provocados pela Primeira Guerra Mundial e pela Crise de 1929. Nesse regime político, o Estado deve criar empregos em obras e investimentos públicos e promover os produtos nacionais em detrimento dos estrangeiros. Além disso, foi marcado pela criação de leis trabalhistas que regulavam a relação entre a iniciativa privada e os trabalhadores. A partir da década de 1980, progressivamente perdeu espaço para o neoliberalismo.

MATERIAL DE USO EXCLUSIVO
SISTEMA DE ENSINO DOM BOSCO

EXERCÍCIOS DE APLICAÇÃO

1. UEG-GO – Um debate bastante comum na sociedade brasileira atual é sobre questões políticas como “liberalismo”, “marxismo”, “comunismo” e termos correlatos. No entanto, numa análise atenta, o que se percebe é que existe uma profunda confusão conceitual, de acordo com a qual se atribui “comunismo” ou “marxismo” a ideias e práticas bem distintas do que realmente foi defendido por seus adeptos. Nesse sentido, é preciso explicitar as reais diferenças entre liberalismo e marxismo. A partir desse objetivo, constata-se que o liberalismo

- a) propõe uma sociedade com um estado protetor e intervencionista, sendo uma mão invisível que controla o mercado, tal como coloca Adam Smith; e o marxismo defende um Estado governado pelo mercado e submetido ao controle dos trabalhadores.
- b) tem como fundamento uma filosofia da liberdade, na qual estaria garantida a liberdade de expressão, de opinião e de ir e vir, ao passo que o marxismo é uma sociologia da liberdade, na qual os trabalhadores devem ter acesso ao mercado de consumo para se libertarem.
- c) prega o individualismo e a liberdade individual absoluta, não admitindo intervenção estatal a não ser no combate à criminalidade, como afirma Montesquieu; e o marxismo propõe uma estatização total da economia e da sociedade civil.
- d) é uma concepção que visa à defesa da propriedade privada e do indivíduo com menor presença do Estado, tal como se observa na obra de John Locke; e o marxismo é uma concepção que defende a abolição, tanto da propriedade privada quanto do Estado.

O liberalismo defende um Estado pouco interventor, direcionado apenas para garantir saúde, educação e segurança. Defende, portanto, que a iniciativa privada possa ser livre para investir nas demais áreas. O marxismo defende o fim da propriedade privada e da sociedade dividida entre classes sociais.

2. Unesp-SP

A Nação terá em qualquer tempo o direito de impor à propriedade privada as modalidades ditadas pelo interesse público [...]. Com esse objetivo serão determinadas as medidas necessárias ao fracionamento dos latifúndios [...]. Os povoados, vilarejos e comunidades que careçam de terras e águas ou não as tenham em quantidades suficientes para as necessidades de sua população terão direito a elas, tomando-as das propriedades vizinhas, porém respeitando, sempre, a pequena propriedade.

(Artigo 27 da Constituição mexicana de 1917. Apud BRUIT, H. *Revoluções na América Latina*, 1988.)

O artigo 27 da Constituição elaborada ao final da Revolução Mexicana dispõe sobre a propriedade de terra e

- a) contempla parcialmente as reivindicações dos movimentos camponeses e indígenas, por distribuição de terras.
- b) representa a vitória dos projetos defendidos pelos setores operários e camponeses vinculados a grupos socialistas e anarquistas.
- c) expõe o avanço do projeto liberal burguês e de sua concepção de desenvolvimento de uma agricultura integralmente voltada à exportação.
- d) restabelece a hegemonia sociopolítica dos grandes proprietários rurais e da Igreja Católica, que havia sido abalada nos anos de luta.
- e) corresponde aos interesses dos grandes conglomerados norte-americanos, que se instalaram no país durante o período do porfiriismo.

Esse trecho da Constituição Mexicana de 1917 demonstra um Estado interventor e limitador das grandes propriedades de terra, favorecendo a reforma agrária e a pequena propriedade. Combate, portanto, privilégios de uma elite burguesa, agrária e liberal que deseja o Estado mínimo e a concentração de terras e de renda.

3. Unioeste-PR – O período conhecido entre a Reforma e a Revolução Francesa foi marcado por grandes transformações políticas e econômicas na Europa no final da Idade Média. Foi nesse período que o controle político exercido por uma aristocracia, cujo poder derivava da posse de terras, passou a ser compartilhado por grupos que possuíam influência social, tais como mercadores, banqueiros, donos de fábricas e até mesmo guerreiros que pregavam a iniciativa individual. Tal período marca o surgimento do Liberalismo, que expressava as novas condições políticas e econômicas na Europa. Sobre o Liberalismo e sua filosofia, é CORRETO afirmar:

- a) O Liberalismo é conhecido pela iniciativa privada e pelo controle social exercido pelos aristocratas proprietários de terras por meio do Estado.
- b) O Liberalismo permitiu que a Igreja aumentasse seu domínio sobre os hábitos e a cultura e mantivesse o domínio religioso na base das relações sociais.
- c) O Liberalismo criou entraves que dificultavam o direito de reivindicar e de acumular propriedades, pois pregava a igualdade social e a distribuição das riquezas.
- d) O corpo doutrinário do Liberalismo tem relação com a liberdade, mas suas conquistas não atingiram todas as classes sociais, limitando-se às classes mais abastadas.
- e) O surgimento do Liberalismo coincidiu com um longo período de estagnação tecnológica, que redundou na diminuição da população e no aumento do analfabetismo entre os mais pobres.

O liberalismo, em sua teoria clássica, defende um Estado pouco interventor, limitado à atuação na educação, na saúde e na segurança pública, e a liberdade da iniciativa privada para investir nos demais setores. Historicamente, o liberalismo favoreceu as classes mais ricas, dominantes, por permitir seus investimentos sem a interferência do Estado como regulador. Ao mesmo tempo, as classes menos favorecidas sofreram com o acirramento da desigualdade social, pelo fato de o liberalismo ter mostrado ampliação da concentração de renda por banqueiros, industriais e grandes comerciantes.

4. Unicamp-SP

“A fúria do tirano, o terrorismo de Estado, a guerra, o massacre, o escravismo, o racismo, o fundamentalismo, o tribalismo, o nazismo, sempre envolvem alegações racionais, humanitárias, ideais, ao mesmo tempo que se exercem em formas e técnicas brutais, irracionais, enlouquecidas. Em geral, a fúria da violência tem algo a ver com a destruição do ‘outro’, ‘diferente’, ‘estranho’, com o que busca a purificação da sociedade, o exorcismo de dilemas difíceis, a sublimação do absurdo embutido nas formas da sociabilidade e nos jogos das forças sociais.”

(IANNI, Octávio. *A violência na sociedade contemporânea. Estudos de Sociologia*, Araraquara, 2002, v. 7, n. 12, p. 8.)

Assinale a alternativa correta.

- a) Os atos de violência sempre implicam alegações irracionais e práticas racionais que transformam os jogos das forças sociais e as tramas de sociabilidade que envolvem as coletividades.
- b) A violência nasce como técnica de poder, exercita-se como modo de preservar, ampliar ou conquistar a

propriedade, adquirindo desdobramentos psicológicos desprezíveis para agentes e vítimas.

- c) Os atos de violência não têm excepcional significação, porque mantêm as mesmas formas e técnicas, razões e convicções conforme as configurações e os movimentos da sociedade.
- d) A violência entra como elemento importante da cultura política com a qual se ordenam ou se transformam as relações entre os donos do poder e os setores sociais tornados subalternos.

Os atos de violência não são sempre irracionais. Podemos observar, ao longo da história, Estados e políticas públicas autoritárias e organizadas racionalmente para atingir determinados fins por meio da violência. Os atos de violência impactam psicologicamente seus agentes e vítimas. Seus motivos e formas de exercício variam conforme as mudanças na história.

5. Unioeste-PR – A partir da reflexão sugerida pelo poema de Bertolt Brecht, “O Analfabeto Político”

“O pior analfabeto é o analfabeto político. Ele não ouve, não fala, nem participa dos acontecimentos políticos. Ele não sabe que o custo de vida, o preço do feijão, do peixe, da farinha, do aluguel, do sapato e do remédio dependem das decisões políticas. O analfabeto político é tão burro que se orgulha e estufa o peito dizendo que odeia a política. Não sabe o imbecil que, da sua ignorância política, nascem a prostituta, o menor abandonado, e o pior de todos os bandidos, que é o político vigarista, pilantra, corrupto e lacaio das empresas nacionais e multinacionais.”

é CORRETO afirmar que

- a) o desinteresse pela política tem consequências econômicas e sociais que afetam todas as pessoas: tanto as que participam ativamente da política como aquelas que se absterem.
- b) todas as pessoas deveriam participar diretamente da política institucional: quer dizer, se candidatar a algum cargo eletivo, já que vivemos em uma democracia participativa.
- c) Brecht sugere que as pessoas analfabetas não se interessam por política e por isso são culpadas pelo surgimento de problemas sociais, como prostituição, corrupção e altos preços de alimentos.
- d) a política é, como mostra Brecht, uma atividade altamente especializada que deve ser exercida apenas por profissionais – sobretudo economistas, que conseguirão tomar as melhores decisões.
- e) o envolvimento de pessoas analfabetas na política – que podem votar e se candidatar a cargos eletivos – é o responsável pela situação crítica que enfrentamos e pela corrupção.

O desinteresse pela política implica na não participação nas mudanças necessárias ao ambiente onde se vive. Com isso, podem perpetuar-se desigualdades e ocorrerem mudanças que impedem a melhoria da qualidade de vida. A cidadania ativa consiste na atuação política, a qual pode ser feita pelo voto, pela candidatura, pelos movimentos sociais ou por intermédio de ações para mudar as situações cotidianas que geram desigualdades.

6. Unioeste-PR

Na década de 1960, os traços do autoritarismo presentes na sociedade brasileira foram potencializados com o golpe militar de 1964, que paradoxalmente foi batizado de “A Revolução de 1964”. Conhecido pelo tripé Estado-multinacionais-indústrias nacionais, o “regime” promoveu a militarização da vida cotidiana e instituiu leis de exceção com o intuito de combater o “inimigo interno”, inicialmente denominadas de ações subversivas e de guerrilha, mas também voltadas para o tratamento comum da população, em especial trabalhadores do campo e da cidade.

(CHAUI, Marilena. *Conformismo e Resistência*, São Paulo: Brasiliense, 1994.)

Tendo como base o período histórico marcado pelo “Regime Militar” e o Golpe Militar de 1964, é correto afirmar:

- a) O golpe militar foi consequência direta de uma decisão interna dos militares em nome dos interesses das Forças Armadas, sem influências externas.
- b) O golpe foi um mecanismo de autodefesa política de uma complexa situação de interesses, criada pelo capitalismo dependente, em um período de crise e de reorganização da América Latina.
- c) Para favorecer o exército como agente político e categoria social com maior capacidade intelectual para conduzir o país à ordem e ao progresso.
- d) O golpe militar tinha como objetivo contrariar os interesses privados dominantes que estavam ameaçados pela inquietação popular nas áreas urbanas e rurais.
- e) As elites militares nunca se colocaram na condição de poder supremo e inquestionável, como a última fonte de legitimidade da ordem política e legal.

Apesar de utilizar a expressão “autodefesa”, a alternativa correta não atribuiu valor moral ao Golpe Militar e, portanto, não faz apologia a uma necessidade do Regime Militar. Ao contrário, a alternativa busca expor que determinado grupo da sociedade brasileira que defendia o liberalismo atrelado a interesses privados nacionais e internacionais, utilizou o Golpe Militar como mecanismo para impor seu projeto de Brasil. Esse grupo era opositor das propostas do presidente deposto, João Goulart, ex-ministro do trabalho de Getúlio Vargas, que favorecia um Estado mais interventor e mais atrelado a interesses de industrialização nacional e com menos dependência de capital estrangeiro.

EXERCÍCIOS PROPOSTOS

7. Enem

C5-H24

O que implica o sistema da pólis é uma extraordinária preeminência da palavra sobre todos os outros instrumentos do poder. A palavra constitui o debate contraditório, a discussão, a argumentação e a polêmica. Torna-se a regra do jogo intelectual, assim como do jogo político.

(VERNANT, J. P. *As origens do pensamento grego*. Rio de Janeiro: Bertrand, 1992. Adaptado.)

Na configuração política da democracia grega, em especial a ateniense, a *ágora* tinha por função

- a) agregar os cidadãos em torno de reis que governavam em prol da cidade.
- b) permitir aos homens livres o acesso às decisões do Estado expostas por seus magistrados.
- c) constituir o lugar onde o corpo de cidadãos se reunia para deliberar sobre as questões da comunidade.
- d) reunir os exercícios para decidir em assembleias fechadas os rumos a serem tomados em caso de guerra.
- e) congregar a comunidade para eleger representantes com direito a pronunciar-se em assembleias.

8. Fuvest-SP

Em certos aspectos, os gregos da Antiguidade foram sempre um povo disperso. Penetraram em pequenos grupos no mundo mediterrânico e, mesmo quando se instalaram e acabaram por dominá-lo, permaneceram desunidos na sua organização política. No tempo de Heródoto, e muito antes dele, encontravam-se colônias gregas não somente em toda a extensão da Grécia atual, como também no litoral do Mar Negro, nas costas da atual Turquia, na Itália do sul e na Sicília oriental, na costa setentrional da África e no litoral mediterrânico da França. No interior desta elipse de uns 2500 km de comprimento, encontravam-se centenas e centenas de comunidades que amiúde diferiam na sua estrutura política e que afirmaram sempre a sua soberania. Nem então nem em nenhuma outra altura, no mundo antigo, houve uma nação, um território nacional único regido por uma lei soberana, que se tenha chamado Grécia (ou um sinónimo de Grécia).

(FINLEY, M.. *O mundo de Ulisses*. Lisboa: Editorial Presença, 1972. Adaptado.)

Com base no texto, pode-se apontar corretamente

- a) a desorganização política da Grécia antiga, que sucumbiu rapidamente ante as investidas militares de povos mais unidos e mais bem preparados para a guerra, como os egípcios e macedônios.
- b) a necessidade de profunda centralização política, como a ocorrida entre os romanos e cartagineses, para que um povo pudesse expandir seu território e difundir sua produção cultural.
- c) a carência, entre quase todos os povos da Antiguidade, de pensadores políticos capazes de formular estratégias adequadas de estruturação e unificação do poder político.
- d) a inadequação do uso de conceitos modernos, como nação ou Estado nacional, no estudo sobre a Grécia antiga, que vivia sob outras formas de organização social e política.
- e) a valorização, na Grécia antiga, dos princípios do patriotismo e do nacionalismo como forma de consolidar política e economicamente o Estado nacional.

9. Enem

C5-H24

Atualmente, as represálias econômicas contra as empresas de informática norte-americanas continuam. A Alemanha proibiu um aplicativo dos Estados Unidos de compartilhamento de carros; na China, o governo explicou que os equipamentos e serviços de informática norte-americanos representam uma ameaça, pedindo que as empresas estatais não recorram a eles.

(Disponível em: www.diplomatique.org.br. Acesso em: nov. 2014. Adaptado.)

As ações tomadas pelos países contra a espionagem revelam preocupação com o(a)

- a) subsídio industrial.
- b) hegemonia cultural.
- c) protecionismo dos mercados.
- d) desemprego tecnológico.
- e) segurança dos dados.

10. **Unicentro-PR** – A doutrina, desenvolvida a partir da década de 1970, que defende a absoluta liberdade de mercado e uma restrição à intervenção estatal sobre a economia,

só devendo esta ocorrer em setores imprescindíveis e, ainda assim, num grau mínimo, recebe o nome de:

- a) Liberalismo
- b) Liberalismo Clássico
- c) Neoliberalismo
- d) Pós-liberalismo
- e) Nova Ordem Mundial

11. Unicamp-SP

Sinto no meu corpo

A dor que angustia

A lei ao meu redor

A lei que eu não queria

Estado violência

Estado hipocrisia

A lei que não é minha

A lei que eu não queria

(GAVIN, Charles. *Estado Violência*. Intérprete: Titãs. In: *Cabeça Dinossauro*. São Paulo: WEA, 1989.)

A letra dessa música, gravada pelos Titãs,

- a) critica a noção de Estado e sua ausência de controle, aspectos comuns ao liberalismo e ao marxismo.
- b) constata que o corpo físico e o corpo político se relacionam em sociedades de controle.
- c) critica o autoritarismo policial e o modelo de regulação proposto pelo anarquismo.
- d) constata que o Estado autoritário, mesmo com boas leis, é sabotado pela figura do policial.

12. **UEL-PR (adaptado)** – Em recentes protestos na Europa, alguns manifestantes levaram cartazes que diziam: “Todos os europeus são ilegais neste continente desde 1492”. Desde o lema “Liberdade, Igualdade e Fraternidade”, proveniente da Revolução Francesa, e, posteriormente, inserido no atual mundo globalizado e neoliberal, o trânsito de mercadorias, capitais e pessoas passou a ser regulado por acordos nacionais e internacionais construídos por governos de países em diferentes escalas de poder financeiro e militar. Assinale a alternativa que apresenta, corretamente, um aspecto em que a globalização e o neoliberalismo se expressam.

- a) Pela dispensa de controle dos Estados no comércio de mercadorias de alto valor agregado.
- b) Na constituição do sistema bancário internacional, que regula plenamente o fluxo de capitais nos paraísos fiscais.
- c) Na liberdade cultuada pelo sistema financeiro neoliberal, que expande socialmente a disseminação das riquezas.
- d) No poderio bélico militar dos estados nacionais, efetivamente controlado pela Organização das Nações Unidas (ONU).
- e) No estabelecimento de normas rígidas para condicionar a imigração ao controle do Estado.

13. **Unioeste-PR** – Assinale a alternativa CORRETA.

“O Estado Sou Eu!” Esta frase, atribuída ao rei da França Luís XIV (1638-1715), expressa

- a) o medo que o rei da França tinha de uma revolução que lhe ameaçasse a vida.
- b) o personalismo dos monarcas franceses da Idade Média.

- c) a concentração de poderes que caracteriza o Estado Absolutista.
- d) a debilidade dos Estados modernos diante do poder da nobreza.
- e) o surgimento dos modernos monarcas que “reinem, mas não governam”.

14. Unicamp-SP

A presença de empresas globais que dominam o mercado de tecnologia no mundo costuma gerar atritos com os governos nacionais e impactos de diferentes dimensões em sua indústria cultural e na privacidade dos indivíduos. Diante do poder dessas grandes empresas, os Estados nacionais buscam estabelecer regras antitrustes para o setor.

(MANJOO, Farhad. *The New York Times/Folha de São Paulo*, 11/06/2016, p. 1-2. Adaptado.)

Com relação ao poder econômico e político das empresas globais de tecnologia digital e as ações dos governos nacionais, é correto afirmar que:

- a) A tecnologia digital representou uma expressiva reestruturação da ordem global. Houve maior democratização da circulação de informações pela internet e os Estados nacionais perderam totalmente o controle do conteúdo transmitido pelas redes digitais.
- b) O poder das grandes empresas de tecnologia predomina apenas nos países pobres, cujos Estados dispõem de limitadas legislações para o controle desses grupos econômicos em seus territórios, sobretudo no que diz respeito às mídias globais.
- c) As leis antitrustes surgiram no final do século XX e foram criadas pelos Estados nacionais para o controle do poder econômico das empresas globais do mercado de tecnologia digital, setor que costuma desenvolver práticas de mercado anticompetitivas.
- d) As empresas de tecnologia digital formam verdadeiros oligopólios e controlam diversas redes de informação; apesar disso, elas ainda dependem das legislações dos Estados nacionais para a atuação nos territórios e comercialização dos seus produtos.

Leia os textos a seguir e responda às questões 15 e 16.

Em 31 de março de 1964, consuma-se o golpe militar no Brasil com a deposição do Presidente da República João Goulart. Inicia-se, no Brasil, o mais longo e duro período de Ditadura Militar conhecido como “anos de chumbo”, com a sucessão de cinco generais no poder, até 1985 com a eleição pelo Congresso Nacional de Tancredo Neves como Presidente da República e depois com a nova Constituição promulgada em 1988. Uma geração política foi suprida pela ditadura com efeitos nas instituições e nas diversas esferas socioculturais, com repercussões na produção artística do país.

(Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2014-03/31-de-marco-militares-consumam-golpe-contrajango-e-ademocracia>>. Acesso em: abr. 2014. Adaptado.)

Cálice

Pai, afasta de mim esse cálice
 Pai, afasta de mim esse cálice
 Pai, afasta de mim esse cálice
 De vinho tinto de sangue
 Como é difícil acordar calado
 Se na calada da noite eu me dano

Quero lançar um grito desumano
 Que é uma maneira de ser escutado
 Esse silêncio todo me atordoa
 Atordoado eu permaneço atento
 Na arquibancada pra a qualquer momento
 Ver emergir o monstro da lagoa

(HOLANDA, Chico Buarque de. Cálice. In: *Chico Buarque*. São Paulo: Polygram/Philips, 1978. Adaptado.)

15. Unicentro-PR – Com base nos textos e nos conhecimentos sociopolíticos sobre o Golpe de 1964 e a Ditadura Militar no Brasil, considere as afirmativas a seguir.

- I. Representa um período em que os direitos políticos e civis dos cidadãos foram defendidos e respeitados de forma democrática.
- II. Há uma adesão do Estado aos princípios da Declaração Universal dos Direitos Humanos, promulgada pela ONU em 1948.
- III. Instaura um regime autoritário-conservador com a repressão dos movimentos sindicais e a instituição do bipartidarismo.
- IV. A censura é exercida por meio de órgãos e instrumentos do Estado reforçados pelo uso legítimo da força e da violência.

Assinale a alternativa correta.

- a) Somente as afirmativas I e II são corretas.
- b) Somente as afirmativas I e IV são corretas.
- c) Somente as afirmativas III e IV são corretas.
- d) Somente as afirmativas I, II e III são corretas.
- e) Somente as afirmativas II, III e IV são corretas.

16. Unicentro-PR – Sobre os efeitos do regime militar na vida sociocultural e artística do Brasil, assinale a alternativa correta.

- a) A censura político-ideológica provocou manifestações de resistência ao Estado e à ordem instituída por meio da música, da arte e do teatro.
- b) A nova ordem institucional incentivou o desenvolvimento de práticas socioculturais e pedagógicas motivadoras das transformações.
- c) Houve uma clara adesão dos estudantes, artistas e intelectuais ao controle interno exercido pelo Estado por meio de Atos Institucionais.
- d) O silêncio das massas e dos intelectuais demonstrou a aceitação pelo Estado das liberdades individuais, da livre criação cultural e o livre-arbítrio.
- e) Reduziu a força da opressão e do controle ideológico do Estado sobre as instituições culturais e as manifestações artísticas da sociedade brasileira.

17. Enem

C5-H25

O conceito de democracia, no pensamento de Habermas, é construído a partir de uma dimensão procedimental, calcada no discurso e na deliberação. A legitimidade democrática exige que o processo de tomada de decisões políticas ocorra a partir de uma ampla discussão pública, para somente então decidir. Assim, o caráter deliberativo corresponde a um processo coletivo de ponderação e análise, permeado pelo discurso, que antecede a decisão.

(VITALE, D. Habermas. Modernidade e democracia deliberativa. *Cadernos CRH*, v. 19, n. 48, 2006. Adaptado.)

O conceito de democracia proposto por Jürgen Habermas pode favorecer processos de inclusão social. De acordo com o texto, é uma condição para que isso aconteça o(a)

- a) participação direta periódica do Cidadão.
- b) debate livre e racional entre Cidadãos e Estado.

- c) interlocução entre os poderes governamentais.
- d) eleição de lideranças políticas com mandatos temporários.
- e) controle do poder político por cidadãos mais esclarecidos.

ESTUDO PARA O ENEM

18. Enem

C5-H25

Procuramos demonstrar que o desenvolvimento pode ser visto como um processo de expansão das liberdades reais que as pessoas desfrutam. O enfoque nas liberdades humanas contrasta com visões mais restritas de desenvolvimento, como as que identificam desenvolvimento com crescimento do Produto Nacional Bruto, ou industrialização. O crescimento do PNB pode ser muito importante como um meio de expandir as liberdades. Mas as liberdades dependem também de outros determinantes, como os serviços de educação e saúde e os direitos civis.

(SEN, A. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Cia. das Letras, 2010.)

A concepção de desenvolvimento proposta no texto fundamenta-se no vínculo entre

- a) incremento da indústria e atuação no mercado financeiro.
- b) criação de programas assistencialistas e controle de preços.
- c) elevação da renda média e arrecadação de impostos.
- d) garantia da cidadania e ascensão econômica.
- e) ajuste de políticas econômicas e incentivos fiscais.

19. Enem

C5-H25

Fala-se muito nos dias de hoje em direitos do homem. Pois bem: foi no século XVIII – em 1789, precisamente – que uma Assembleia Constituinte produziu e proclamou em Paris a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão. Essa Declaração se impôs como necessária para um grupo de revolucionários, por ter sido preparada por uma mudança no plano das ideias e das mentalidades: o Iluminismo.

(FORTES, L. R. S. *O Iluminismo e os reis filósofos*. São Paulo: Brasiliense, 1981. Adaptado.)

Correlacionando temporalidades históricas, o texto apresenta uma concepção de pensamento que tem como uma de suas bases a

- a) modernização da educação escolar.
- b) atualização da disciplina moral cristã.
- c) divulgação de costumes aristocráticos.
- d) socialização do conhecimento científico.
- e) universalização do princípio da igualdade civil.

20. Enem

C5-H24

Uma sociedade é uma associação mais ou menos autossuficiente de pessoas que em suas relações mútuas reconhecem certas regras de conduta como obrigatórias e que, na maioria das vezes, agem de acordo com elas. Uma sociedade é bem ordenada não apenas quando está planejada para promover o bem de seus membros, mas quando é também efetivamente regulada por uma concepção pública de justiça. Isto é, trata-se de uma Sociedade na qual todos aceitam, e sabem que os outros aceitam, o mesmo princípio de justiça.

(RAWLS, J. *Uma teoria da justiça*. São Paulo: Martins Fontes, 1997. Adaptado.)

A visão expressa nesse texto do século XX remete a qual aspecto do pensamento moderno?

- a) A relação entre liberdade e autonomia do Liberalismo.
- b) A independência entre poder e moral do Racionalismo.
- c) A convenção entre cidadãos e soberano do Absolutismo.
- d) A dialética entre indivíduo e governo autocrata do Idealismo.
- e) A contraposição entre bondade e condição selvagem do Naturalismo.

10

- Estado, democracia e poliarquia
- Estado e democracia na contemporaneidade
- Formação e características do Estado brasileiro
- Cidadania na democracia: atividade política

HABILIDADES

- Compreender a produção e o papel histórico das instituições sociais, políticas e econômicas, associando-as aos diferentes grupos, conflitos e movimentos sociais.
- Analisar o papel da justiça como instituição na organização das sociedades.

ESTADO E POLÍTICA: TEORIAS CONTEMPORÂNEAS E O BRASIL

As estruturas do Estado democrático de direito foram criadas para favorecer a igualdade social e a participação política dos cidadãos para além do voto. Nele, direitos políticos, civis e sociais asseguram a cidadania e a dignidade a toda a sociedade. Entretanto, no Brasil, embora o Estado, em teoria, exista conforme essas características, há diversos fatores que impedem que a sua democracia seja plena.

Estado, democracia e poliarquia

Robert Dahl (1915-2014), cientista político norte-americano, não acredita na existência de democracias e classifica os regimes políticos modernos como **poliarquias**.

As poliarquias podem ser pensadas então como regimes relativamente (mas incompletamente) democratizados, ou, em outros termos, as poliarquias são regimes que foram substancialmente popularizados e liberalizados, isto é, fortemente inclusivos e amplamente abertos à contestação pública.

DAHL, Robert. *Poliarquia: participação e oposição*. São Paulo: Edusp, 2005. p. 30-31.

Tradicionalmente, a democracia tende a ser caracterizada pelos cientistas políticos segundo dois modelos: o dos antigos (fazendo referência ao modelo grego da Antiguidade) e o dos modernos (inaugurada com a formação da nação norte-americana ao final do século XVIII). Apesar de pregarem a participação política dos cidadãos na tomada de decisões do Estado, ambos possuem diferenças entre si.

A **democracia direta** dos antigos caracteriza-se pela atuação direta dos cidadãos nas decisões que envolvem o espaço público. Como todos buscam o bem comum, há um princípio de igualdade entre eles que se manifesta na aplicação das decisões coletivas, sempre mediante sorteio para preservar a igualdade. Essa realidade só é possível se o número de cidadãos for restrito, o que torna a democracia excludente.

Por sua vez, a **democracia representativa** dos modernos subsiste numa sociedade de massa, cujo número de cidadãos inviabiliza a participação direta. A participação ocorre, então, por meio da representação, ou seja, por meio de cidadãos que atuarão na defesa dos valores e das reivindicações de quem os escolheu como representantes. Com clara influência dos ideais iluministas, esse modelo defende a liberdade como valor essencial e não propriamente a igualdade entre as pessoas.

A representação política não exclui a participação política direta. Inúmeras democracias modernas adotam um modelo misto, que combina os meios tradicionais de representação com meios participativos, como o plebiscito. Ainda assim, a plena participação de todos os cidadãos não é uma realidade nessa modalidade política.

Estado e democracia na contemporaneidade

Nota-se uma clara distinção entre as primeiras democracias modernas e as mais recentes, nas quais se observa a existência de um regime estruturado que estabelece meios de comunicação entre Estado e sociedade civil. A sociedade civil, por sua vez, tem o direito de participar ativamente das decisões tomadas pelo Estado. Entretanto, essa realidade alicerçada em uma sociedade de princípios liberais gera a contradição conhecida por **apatia política**, em que os cidadãos deixam de participar das decisões políticas para dedicarem-se à vida pessoal. Isso abre espaço para que grupos políticos organizados tomem o controle do Estado, podendo alterar as

regras democráticas ou, sem a devida fiscalização e um acompanhamento da sociedade civil, usar recursos públicos para satisfazer a interesses particulares, o que fere os princípios democráticos.

A apatia política também pode ser gerada quando os cidadãos se deparam com temas de maior dificuldade técnica, resultantes da complexidade da organização do Estado e da solução dos problemas sociais advindos dele. Assim, discussões sobre Selic (taxa de juros), práticas protecionistas, política industrial ou prevenção à violência urbana exigem a participação de especialistas, o que torna pouco significativa a opinião do cidadão comum. Isso pode ser perigoso para a normalidade democrática, já que a sociedade civil é levada a abandonar os debates.



Edifício do Congresso Nacional, em Brasília. O Congresso Nacional é composto pelo Senado e pela Câmara dos Deputados. Ele reúne políticos eleitos pelo voto direto e, portanto, agrega representantes populares. A apatia política pode favorecer a eleição de representantes individualistas, patrimonialistas e de pouco comprometimento com a população. O pleno funcionamento da democracia depende da atividade popular e cidadã tanto nas eleições como no envolvimento com partidos políticos, movimentos sociais e manifestações públicas.

Outro elemento que ameaça as democracias maduras é a lentidão do processo democrático, que exige a discussão e a deliberação dos projetos em pauta para que se possa implantá-los somente depois de esgotados todos os ângulos do debate. A demora pode gerar sérios problemas, atrasando, por exemplo, a construção de obras importantes para o desenvolvimento de uma cidade ou a aprovação de medidas necessárias para combater práticas ilegais, como a corrupção.

Muitas das democracias mais recentes são marcadas pela inexistência ou a precariedade de meios de comunicação entre o Estado e a sociedade civil. Isso se deve principalmente pela incapacidade de alguns Estados de manterem o modelo democrático por um longo período. Com isso, é comum que se impeça a promoção de uma educação cidadã ou ainda que se interrompa a democracia por efeito de golpes e pela instauração de regimes autoritários. Por sua vez, a descontinuidade democrática dificulta a implantação e a consolidação dos valores desse sistema, que são necessários à conscientização e à participação popular.

A debilidade de mecanismos democráticos também gera apatia política. Mesmo havendo obrigatoriedade de votar, como ocorre no Brasil, o voto é apenas uma das diversas maneiras de participação popular democrática.

Formação e características do Estado brasileiro

A construção do Estado brasileiro é um processo que remonta à vinda da família real portuguesa para o Brasil, fugida da iminente guerra contra Napoleão Bonaparte, em 1808. D. João VI reestruturou a colônia brasileira para adaptá-la a seu novo papel: ser o centro de decisões do império português. Era necessário adequar a estrutura administrativa da colônia, que havia se tornado sede do governo de Portugal, dando-lhe corpo e condições efetivas para fazer cumprir a vontade do soberano. Por esse motivo, o Estado brasileiro, em sua origem, incorporou a concepção estatal portuguesa. O Rio de Janeiro foi, na ocasião, especialmente reorganizado: politicamente, para administrar o Brasil e Portugal; cultural e arquitetonicamente, para fornecer a qualidade de vida demandada pela família real; e, enfim, socialmente, estabelecendo privilégios para a elite e agravando a desigualdade social para aqueles que foram removidos das áreas urbanas para as periféricas.

PATRIMONIALISMO E CORRUPÇÃO

Antes da chegada da família real portuguesa à colônia, o Brasil era composto por estruturas políticas descentralizadas, amplamente marcadas por coronelismos locais. Com a vinda da coroa de Portugal, o Rio de Janeiro se reestruturou e recebeu um amplo aparato estatal que foi dominado por pessoas favorecidas por D. João VI. O espírito do novo Estado era o de favorecer os portugueses residentes no Brasil e de reerguer Portugal, que enfrentava uma crise agravada por Napoleão. Nota-se, portanto, que não houve a criação de um Estado e de uma cultura política voltados para o bem-estar do povo residente no território brasileiro, mas de um Estado ocupado por uma elite que só atuava a favor dela própria. Essa cultura e o coronelismo, que já era praticado no país, marcam o histórico **patrimonialismo** brasileiro – o uso do Estado e dos recursos públicos para favorecimento de interesses privados. Uma das práticas patrimonialistas mais conhecidas e existentes ainda hoje é o **nepotismo** – ato de empregar familiares para cargos públicos comissionados ou em empresas privadas, em vez de empregar pessoas qualificadas para o cargo.

Essa prática se manteve após a proclamação da República, em 1889, quando coronéis exigiam votos de seus trabalhadores para poderem ocupar cargos políticos e, também, quando São Paulo e Minas Gerais revezavam-se no poder na política do “café com leite”.

No governo de Getúlio Vargas, a partir de 1932, houve uma modernização do Estado por meio da criação de concursos para a ocupação cargos públicos, o que tornou a máquina estatal mais impessoal e voltada para o desenvolvimento nacional. Além disso, o Estado passou a investir maciçamente na industrialização,

inclusive com a criação de institutos federais e escolas do Sistema S (como Senac, Senai e Sesi), que objetivaram a criação de uma cultura industrial. Essas mudanças enfraqueceram o poder das oligarquias rurais e o Estado “café com leite”.

Esse período foi marcado por amplo populismo, sobretudo na figura de Getúlio Vargas. Em 1937, ele estabeleceu o Estado Novo, com ampla concentração do poder no Executivo e forte utilização de recursos estatais para silenciar opositores por meio da violência. Nota-se que o Estado, mesmo com uma máquina mais impessoal, continuou a ser patrimonialista e a favorecer interesses particulares – dessa vez, da elite varguista, que desejava implantar seu projeto de nação de maneira antidemocrática.

Após o fim do Estado Novo, em 1945, o Brasil viveu um período constitucional até 1964. Essa fase foi marcada por intensas disputas políticas, pela elaboração de uma democracia constitucional, pela ampla abertura do Estado para a iniciativa privada estrangeira (no governo de Juscelino Kubitschek) e, ainda, pela ampla adesão popular a Getúlio Vargas, que foi eleito em 1951 e cometeu suicídio em 1954.

Uma nova mudança estatal ocorreu em 1964, quando os militares interrompem, à força, o mandato do presidente eleito, João Goulart. O regime militar brasileiro (1964-1985) também é marcado por extensa corrupção, seja na nomeação de cargos ou no desvio de dinheiro público.

Finalmente, o Estado brasileiro conhece seu período mais democrático a partir de 1988, quando movimentos sociais e políticos eleitos por diversas siglas e ideologias discutem e redigem a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, conhecida como Constituição Cidadã. Entretanto, o regime democrático brasileiro pós-1988 também é repleto de escândalos de favorecimento de cargos políticos, lavagens de dinheiro e compras de votos.

Enfim, o patrimonialismo, essa cultura que remonta à colonização, é intensificado com a criação do aparato estatal no Rio de Janeiro em 1808, resiste à independência e à república e está presente no país até a atualidade.

Cidadania na democracia: atividade política

A Declaração de Independência dos Estados Unidos da América (1776) e a organização política instaurada a partir da Revolução Francesa (1789-1799) foram essenciais para o estabelecimento das democracias contemporâneas. A partir do século XIX, com a Revolução Industrial, começou-se a criticar as recentes democracias, sobretudo com o fortalecimento de movimentos sociais e operários, que propuseram novas formas de participação social e de atuação do Estado para minorar a desigualdade social.

O pensador francês Alexis de Tocqueville (1805-1859), no livro *A democracia na América*, procurou exaltar a nova forma de organização política nascida no Novo Mundo, que levava ao pé da letra os princípios iluministas propagados no continente europeu. A Declaração de Independência dos Estados Unidos se inspirava neles, combinando formas democráticas participativas e representativas. Entretanto, as nações europeias que viviam o processo de revoluções burguesas não estavam dispostas a admitir uma participação tão ampla da população nos rumos de seus Estados nacionais, optando por modelos mais conservadores e restritivos. Adotaram, por exemplo, o voto de caráter censitário. De fato, o historiador Eric Hobsbawm (1917-2012) comenta o seguinte sobre a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, aprovada no processo revolucionário francês:

Este documento é um manifesto contra a sociedade hierárquica de privilégios nobres, mas não um manifesto a favor de uma sociedade democrática e igualitária.

HOBBSBWM, Eric J. *A era das revoluções*. São Paulo: Record, 2009. p. 220.

A democracia moderna não surgiu com o Estado liberal, ainda que os dois não sejam incompatíveis. Sua origem resultou tanto das contradições que apareceram no Estado liberal como das lutas promovidas, inicialmente, pelo movimento operário em prol de maior participação política e democratização. Por sua vez, o processo democrático não se encerrou com o movimento operário no século XIX. Pelo contrário, a maior democratização da sociedade permitiu que houvessem novas mobilizações, cujas lutas marcaram todo o século XX e levaram a sociedade a tornar-se mais aberta, tolerante, pluralista e democrática. A partir dos movimentos sociais, a própria democracia encontrou novas formas e desafios para se aperfeiçoar, afirmando a cidadania.

O CONCEITO DE CIDADANIA

Por **cidadania**, podemos compreender o conjunto de direitos e de deveres do indivíduo perante a sociedade. Entretanto, ela não se encerra enquanto um conceito, pois se define pelas ações de participação política dos cidadãos. Em outras palavras, a cidadania deve ser ativa e não passiva. Por exemplo, a análise das desigualdades sociais e a luta pelas suas extinções fazem parte da cidadania. Desse modo, ela vai muito além de votar em representantes e aguardar as ações deles. As democracias contemporâneas consideradas maduras já reconhecem a legitimidade dos movimentos sociais, apesar dos constantes confrontos entre manifestantes e forças policiais que demonstram, em muitas situações, tentativas de silenciar as manifestações populares.

O sociólogo T. H. Marshall (1775-1835), uma das principais referências para o estudo do conceito de

cidadania, divide-a numa composição de três formas de direitos: civis, políticos e sociais. Essa divisão advém de sua análise sobre o processo de construção da cidadania ao longo da história, sobretudo na Inglaterra.

Em um primeiro momento da história, teóricos e movimentos sociais lutaram pelos **direitos civis**, que consistem nas liberdades individuais. São direitos civis, por exemplo, ir e vir, expressar-se livremente, adquirir propriedade privada, ter acesso à justiça e ser igual a todos os cidadãos perante a lei.

Em meio a essas conquistas, iniciaram-se movimentos teóricos e sociais pelos **direitos políticos**. Fundamentalmente, eles consistem em poder votar e ser votado, mas também no exercício da atividade política por meio de protestos, manifestações, petições públicas e demais formas de participação na orientação do Estado e da política.

Os **direitos sociais**, mais recentes, consistem na garantia, por parte do Estado, de um bem-estar econômico mínimo a todos os cidadãos. Compreendem, por exemplo, o direito ao salário mínimo; à aposentadoria pública; ao décimo terceiro salário; à educação e saúde públicas; ao atendimento preferencial; além de políticas de promoção da igualdade entre pessoas negras e brancas, entre homens e mulheres, entre outras.

ANDERSON BARBOSA/FOTOARENA

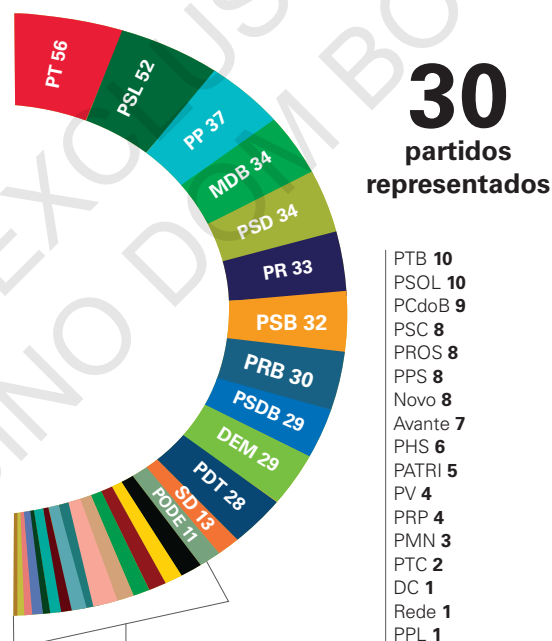


A fotografia ilustra uma demanda contemporânea por direitos sociais: a inclusão de pessoas negras nas universidades públicas por meio das cotas. Trata-se de uma ação afirmativa de reparação histórica da exclusão social, sofrida por essa população, de certos ambientes de prestígio, como a universidade. Essa demanda, proposta por movimentos sociais, é uma forma de participação política da sociedade civil e, portanto, uma demonstração da atuação da cidadania ativa que vai além do voto, atuando por meio de protestos e proposições de demandas.

PARTIDOS POLÍTICOS

Os partidos políticos, que existem desde a Antiguidade clássica – mas não como instituições de direito privado, tal qual conhecemos hoje – contam com uma estrutura para servir de ponte de comunicação entre a sociedade e o Estado. Os partidos nascem com o intuito de atender às reivindicações de uma sociedade complexa, que adota o expediente eleitoral para disputar o controle do Estado e de cargos da esfera pública. Esses partidos têm de se adaptar às regras do jogo democrático para conquistar o eleitor e, assim, obter ganhos concernentes ao controle do Estado nacional e dos cargos político-administrativos.

Distribuição de cadeiras na Câmara dos Deputados após as eleições de 2018



CAESAR, Gabriela. Saiba como eram e como ficaram as bancadas na Câmara dos Deputados, partido a partido. *GI*, São Paulo, out. 2018. Adaptado.

O infográfico mostra a distribuição dos partidos políticos com representantes eleitos em 2018. O Brasil é reconhecido pelo seu pluripartidarismo no Congresso Nacional, um símbolo da agregação de ideologias distintas na composição política. Entretanto, vários partidos coligam-se e, como muitas vezes é noticiado, envolvem-se em escândalos de corrupção e de troca de favores. O descompromisso com a sigla e com ideais partidários impede a plena democracia no país.

Com o crescimento e a diversificação da sociedade, as disputas entre partidos políticos resulta, muitas vezes, no rompimento do modelo democrático. Isso ocorre porque muitos deles tendem a afastar-se das respectivas bases, produzindo discursos que se adaptam à maioria dos eleitores, sem representá-los de fato. Além disso, possuem uma estrutura partidária composta por elites que controlam a sigla partidária, buscando exercer o poder para servir a demandas privadas. Nessa situação, diante do impedimento da

formação de novos líderes e do rodízio democrático necessário à consolidação de uma sociedade mais plural e democrática, surge o risco do fortalecimento do totalitarismo ou do autoritarismo.

MOVIMENTOS SOCIAIS - ORIGEM OPERÁRIA

Os movimentos sociais nasceram na Europa como uma reação às revoluções industriais das nações europeias durante os séculos XVIII e XIX. Num primeiro momento, a classe operária ficou plenamente envolvida pela dinâmica capitalista, tornando-se refém das situações de desequilíbrio econômico que produziram transformações sociais e ampliaram a pauperização das populações urbanas. A entrada de camponeses nos centros urbanos gerou um gigantesco exército industrial de reserva e dificultou, a princípio, qualquer forma de organização coletiva diante da existência de poucas vagas de trabalho. Assim, o êxodo rural e o processo de urbanização estavam intimamente vinculados à industrialização que se firmava.

Apenas com a maior dinamização da economia capitalista no século XIX, acompanhada de uma maior organização coletiva do operariado, é que houve avanços no âmbito dos movimentos sociais, permitindo que os operários se estruturassem na luta por direitos trabalhistas diante da classe patronal. Para tanto, os trabalhadores utilizaram instrumentos como greve (paralisação temporária de parte ou do total das atividades), passeatas, piquetes, distribuição de panfletos e publicação de jornais. É importante ressaltar que essas manifestações são permitidas e regulamentadas por leis, o que as caracteriza como um direito.

As conquistas na esfera do trabalho tornaram-se realidade quando os operários conseguiram unir-se para enfrentar o patronato, o que ocorreu com o surgimento dos **sindicatos** – formas coletivas derivadas das *trade unions*, as primeiras associações de trabalhadores criadas na Inglaterra. Os sindicatos consistem em associações de trabalhadores de uma mesma categoria, como professores, médicos, engenheiros civis, fisioterapeutas, metalúrgicos e tantas outras. O objetivo principal é assegurar os direitos dos trabalhadores frente aos patrões (privados ou o próprio Estado), evitando abusos ou descumprimento dos direitos trabalhistas. Essas associações podem contar com advogados, contadores e demais assessores de causas específicas, mas são compostas pelos próprios trabalhadores, geralmente eleitos via processos eleitorais periódicos. Além disso, são regulamentadas por leis e sustentam-se com os impostos sindicais pagos pelos próprios trabalhadores. Esses impostos eram obrigatórios no Brasil até a aprovação, em 2017, da Reforma Trabalhista, que eliminou tal obrigatoriedade.



FLAVIO SUCESSO/ FOTOARENA

Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, em São Bernardo do Campo, que ganhou notoriedade nacional por ter sido presidida por Luiz Inácio Lula da Silva, entre 1975-1978 e 1978-1981.

No Brasil, as primeiras formas de organização dos operários, voltadas ao atendimento direto de suas necessidades, aparecem no final do século XIX, efetivando-se como sindicatos no início do século XX. A capacidade reivindicatória dessas associações restringia-se ao mundo da fábrica, situação que se alterou com a mudança da organização operária ainda no século XIX, independentemente da formação de partidos políticos operários, que, por sua vez, ampliaram a luta pela democratização.

MOVIMENTOS SOCIAIS - CAUSAS PÓS-OPERÁRIAS

O século XX foi marcado pela expansão de movimentos sociais não restritos à causa operária. Isso se deu não por causa de uma retração da expansão capitalista, mas devido ao desejo de uma massa de pessoas de se afirmar no campo cultural e combater o preconceito e a discriminação. Nesse cenário, novos movimentos sociais trouxeram demandas urgentes que iam além da relação entre patrões e trabalhadores. Por exemplo, surgiram: mobilizações em prol da afirmação da população negra e das mulheres como membros efetivos da sociedade; movimentos que questionaram os valores familiares e sociais em voga nos anos 1960; lutas a favor da preservação do meio ambiente; e reivindicações em defesa da igualdade entre heterossexuais e pessoas do grupo LGBT.

Esses movimentos eclodiram primeiro em nações marcadas por uma maior organização política e social, em que a democracia havia se instalado de forma mais incisiva. Destaca-se aqui o fortalecimento dos movimentos negro e feminista nos Estados Unidos, um dos principais alicerces da luta por direitos civis em meados do século XX.

A luta das pessoas negras por direitos iguais aos das brancas deu-se porque elas ainda eram consideradas cidadãos de segunda categoria, sofrendo segregação política e social em muitos estados norte-americanos. O combate à segregação racial deu-se de formas distintas, segundo os diferentes grupos de resistência.

Martin Luther King defendeu uma abordagem mais pacífica, enquanto Malcolm X, apesar de também ser a favor da resistência por meios legais, não condenava o uso da violência contra as manifestações

racistas. Já os partidários dos Panteras Negras eram adeptos da violência para reivindicar mudanças e defender-se de agressões e restrições impostas pela elite branca.



GRANGER HISTORICAL PICTURE ARCHIVE / ALAMY STOCK PHOTO

Marcha de Washington, em 1963, em que centenas de pessoas – negras e brancas – foram às ruas protestar contra a discriminação racial. Nessa ocasião, Martin Luther King, um dos líderes da Marcha, proferiu o seu famoso discurso, conhecido como “Eu tenho um sonho”, no qual afirmou que, mesmo com o fim da escravidão, as pessoas negras ainda não eram plenamente livres, já que não tinham acesso aos mesmos direitos civis das pessoas brancas. Um ano depois, o governo americano aprovou a Lei dos Direitos Civis, um dos primeiros passos do país no combate ao racismo.

No caso do feminismo, as reivindicações, que vinham desde o século XIX, avançaram principalmente quando, durante a Primeira e a Segunda Guerra Mundial, as mulheres começaram a sair de casa para participar mais efetivamente do mundo do trabalho não doméstico. Ainda assim, o direito ao voto foi uma conquista tardia na maioria dos países, levando-se em consideração a história de conquistas democráticas das nações mais avançadas. Os primeiros países em que as mulheres puderam votar foram a Nova Zelândia, em 1893, e a Austrália, em 1902, enquanto nos Estados Unidos isso só ocorreu em 1920 e, no Brasil, em 1932.

Stuart Hall (1932-2014), o cenário político e econômico mundial daquela década possibilitou novas perspectivas ideológicas e culturais, principalmente em torno da propagação de novos sujeitos. Segundo o autor, tal processo é decorrente da transição da identidade de classe para a de grupo, norteadas pelos recentes movimentos sociais.

É importante ressaltar como as novas tecnologias exerceram, e ainda exercem, um papel determinante na formação e solidificação de movimentos sociais mais recentes. Desde as primeiras publicações *on-line* a respeito de mobilizações, como as dos zapatistas no México, as redes de comunicação passaram a ser fundamentais para atrair adeptos às manifestações. No Brasil, pode-se dizer que as redes sociais e a *internet* foram decisivas para as grandes mobilizações de rua que vêm ocorrendo desde junho de 2013.



EVERETT HISTORICAL/SHUTTERSTOCK

As militantes que, entre o século XIX e XX, lutaram pelo direito das mulheres ao voto, ficaram conhecidas como “sufragistas”. A foto, de 1912, mostra três sufragistas, em Nova York, promovendo uma marcha em prol dessa causa.

Nos anos de 1960, os movimentos estudantil e *hippie* levantaram bandeiras que também dialogavam com o feminismo. O avanço nas pesquisas científicas trouxe métodos contraceptivos eficientes, dando às mulheres maior liberdade de escolha em relação à maternidade e levando a juventude a romper com padrões sociais de comportamento. De acordo com



JOSE CRUZ/ABR

Em 17 de junho de 2013, ocupando a área externa do prédio do Congresso Nacional, manifestantes protestaram contra a corrupção e em defesa de melhorias na sociedade, principalmente nas áreas de transporte, saúde e educação.

CIDADANIA NO BRASIL ATUAL (PÓS-1988)

A redemocratização dos anos de 1980 introduziu uma nova realidade na sociedade brasileira: ela se deparou com o desafio da participação política. Os avanços propostos pela Constituição de 1988 são promissores, mas exigem cuidados quanto às suas pretensões. Passados mais de vinte anos de sua implantação, a sociedade brasileira, de certa forma, ainda se encontra distante do modelo ideal.

Em geral, a enorme concentração de renda no Brasil é considerada pelos acadêmicos como um dos fatores responsáveis pela lentidão no exercício da cidadania. A diferença entre ricos e pobres é imensa, levando as pessoas a terem percepções distintas do conceito de cidadania.



DABLDY/ISTOCKPHOTO.COM

A necessidade de superar essa situação política é clara. O Estado precisa ampliar mecanismos tanto econômicos como sociais que efetivamente promovam redistribuição de renda, de modo a reduzir as desigualdades e garantir condições adequadas de sobrevivência a todas as pessoas. Apenas com a satisfação de necessidades básicas, estabilidade econômica e certa qualidade de vida é que um cidadão ou uma cidadã pode dedicar-se a aprofundar sua participação na sociedade. É possível alcançar esses fins mediante o incentivo à educação e o fortalecimento tanto da sociedade civil, por intermédio de seus representantes, como do Estado democrático. Ambos devem incentivar maior independência e autonomia de grupos e entidades civis, além de fortalecer e aplicar corretamente as regras jurídicas.

Embora a efetivação da implantação da cidadania dependa do princípio de igualdade nas ações sociais, dentro da realidade política brasileira, há um distanciamento entre a classe política e os interesses da sociedade, além da incapacidade do cidadão de se reconhecer como parte do Estado, dada a ineficiência de seus mecanismos de representação. Há ainda a permanência de práticas políticas oligárquicas que transformam interesses privados em públicos. Tudo isso prejudica a existência da cidadania plena no país.

A imagem mostra, num primeiro plano, a favela do Vidigal e, ao fundo, a praia de Ipanema, frequentada pela elite carioca. O contraste entre a precariedade das casas em alvenaria e os edifícios luxuosos à beira-mar ilustra a desigualdade social do Brasil, responsável pelo impedimento da cidadania plena no Brasil.

ROTEIRO DE AULA

ESTADO E POLÍTICA

Estado democrático contemporâneo

- Comporta a democracia representativa (com eleições para representantes públicos) e a democracia direta (com participação direta da população nas decisões dos rumos da sociedade);
- Possui a separação entre os três poderes (Legislativo, Executivo e Judiciário);
- Possui mecanismos para permitir a cidadania ativa (participação política dos cidadãos);
- Salvaguarda os direitos civis, políticos e sociais da população.

Patrimonialismo

Ato de se valer dos cargos públicos para obtenção de benefícios privados. O nepotismo e a corrupção, por exemplo, são comuns ao longo da história do Brasil, existindo desde a colonização até o Estado democrático contemporâneo.

ROTEIRO DE AULA

Cidadania

Conceito que se define pelas ações de participação política dos cidadãos e cidadãs e que é, portanto, ativa e não passiva. Reúne os direitos e deveres do indivíduo perante a sociedade.

Direitos civis

Referem-se à liberdade de pensamento e de expressão, de ir e vir (deslocamento nacional), de recorrer à justiça, de ter propriedade privada e de ser tratado pela lei sem discriminações por cor, gênero, orientação sexual, classe social ou origem.

Direitos políticos

Envolvem o direito de votar, de candidatar-se para cargos públicos, de protestar e de associar-se a movimentos sociais.

Direitos sociais

Reúnem os direitos necessários para se atingir uma boa qualidade de vida, como saúde, educação e aposentadoria. Além disso, referem-se às medidas necessárias para se combater discriminações.

Partidos políticos e movimentos sociais

Semelhanças

Ambos são meios de participação ativa da população na política e têm, em suas origens, causas da ordem capital/trabalho. Atualmente, atuam também em questões de ordem cultural e social, como a igualdade racial e de gênero, os direitos da comunidade LGBT e os movimentos por moradias.

Diferenças

Enquanto os partidos políticos são organizações institucionalizadas, que participam da eleição de representantes políticos que atuarão, por exemplo, na proposição de políticas públicas e leis, os movimentos sociais são organizações, em geral da sociedade civil, que objetivam reivindicar direitos perante o Estado.

EXERCÍCIOS DE APLICAÇÃO

1. UFU-MG – Um jornalista apresentava a seguinte análise da conjuntura da política brasileira ao fim do ano de 2016:

Se compreendermos o fascismo como o culto a um Estado autoritário, que prega a eliminação a qualquer custo dos adversários e ignora os direitos individuais, então, o Brasil vive um preocupante flerte com essa perigosa forma de governar. Os Três Poderes vêm dando mostras suficientes de rompimento com as regras básicas da democracia e, pouco a pouco, vai se instaurando um clima de violência política que nos empurra para um impasse somente visto nesse país quando estivemos sob o regime de exceção das ditaduras civis e militares.

(RUFATTO, Luiz. O fascismo bate à porta. *El país*, 28 set. 2016. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2016/09/28/opinion/1475087691_605153.html>. Acesso em: out. 2018.)

a) Indique três características de um sistema democrático representativo.

Entre várias características, podemos citar as seguintes, que são fundamentais:

• Soberania popular, ou seja, o respeito ao direito dos cidadãos de esco-

lherem seus representantes e de protestarem caso se sintam prejudicados socialmente;

• Possibilidade de qualquer cidadão poder se vincular a partidos políticos;

• Sufrágio universal, ou seja, o corpo eleitoral é constituído por todos os cidadãos, sem discriminação de gênero, cor, orientação sexual ou classe social;

• Divisão do Estado em três poderes – Executivo, Legislativo e Judiciário – com o objetivo de evitar a centralização do poder no governante e de garantir maior consulta popular;

• Zelo do Estado pela boa qualidade de vida dos cidadãos, inclusive por meio de práticas que objetivem a inclusão social e a reparação de desigualdades sociais históricas.

b) Como a garantia dos direitos individuais (políticos e civis) diferencia os sistemas políticos democráticos contemporâneos dos regimes autoritários? Comente ao menos dois pontos de diferenciação.

Os regimes autoritários concentram o poder político na figura do governo. Isso significa que os direitos civis (liberdade de livre pensamento e de expressão, direito de ir e vir, possibilidade de recorrer à justiça via presunção de inocência e garantia de um julgamento imparcial etc.) e

os direitos políticos (votar e ser votado, participar de manifestações, associar-se livremente a partidos políticos e movimentos sociais etc.) ficam suspensos. Afinal, devem-se seguir as diretrizes do governo, sob risco de sofrer punição. Os sistemas democráticos, de modo distinto dos autoritários, garantem direitos civis, políticos e sociais aos cidadãos.

2. Unicentro-PR

“São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.”

(BRASIL. Artigo 6º. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*, 1988).

Os conhecimentos sobre a cidadania e os direitos sociais, civis e políticos permitem afirmar:

- A cidadania foi, durante muito tempo, negada à população negra e demais minorias sociais.
- As convicções filosóficas e religiosas permitem ao cidadão o não cumprimento da lei.
- A composição da cidadania se dá unicamente pelos direitos civis e políticos.
- O direito à educação é o único dispensável ao exercício da cidadania.
- Os direitos políticos do cidadão se resumem ao voto.

Todos os cidadãos e cidadãs são iguais perante as leis, tanto em relação a seus direitos como a seus deveres, independentemente de convicções filosóficas ou religiosas. A cidadania contemporânea é composta pelos direitos civis e políticos, que não compreendem apenas o voto, mas também o direito à candidatura, à legitimidade de protestos e de envolvimento em movimentos sociais – todos componentes da cidadania ativa. Entretanto, a cidadania é também composta pelos direitos sociais, como o direito à educação, que é essencial para que as pessoas se tornem cidadãs. Historicamente, todas essas garantias foram negadas à população negra e demais minorias políticas e, ainda hoje, observam-se consequências dessa exclusão: os frequentes casos de discriminação racial são exemplos disso.

3. Unicentro-PR – Segundo Oliveira e Costa (2013),

As mulheres, a partir do século XIX, e as minorias sexuais, a partir dos anos 1960, passaram a demonstrar sua revolta à “dominação masculina” e heterossexual, de forma coletiva.

A partir da história dos movimentos sociais e dos conceitos sociológicos sobre minorias e gênero, marque V nas afirmativas verdadeiras e F nas falsas.

() O conceito sociológico de “minorias” não se refere à minoria quantitativa, mas à negação de seu acesso às instâncias decisórias do poder.

() As mulheres modernas buscam regatar os papéis sociais tradicionais, como o cuidado doméstico e a maternidade.

() Os movimentos sociais têm, em sua gênese, o controle do Estado e dos partidos políticos.

A alternativa que indica a sequência correta, de cima para baixo, é a:

- a) V F V
- b) F V F
- c) F V V
- d) V F F**
- e) V V V

Por “minorias” devemos compreender os grupos sociais que historicamente são excluídos dos mecanismos de poder ou da plenitude de direitos – por exemplo: populações indígenas, mulheres, pessoas negras e membros da comunidade LGBT. As mulheres ditas “modernas”, o que se pode interpretar como “não conservadoras”, reivindicam a liberdade das mulheres escolherem seus próprios papéis sociais e identidades – sejam eles os tradicionais ou não. Os movimentos sociais surgem, geralmente, em oposição ao Estado ou de modo crítico a ele, justamente por reivindicarem participação na política para atendimento de suas demandas.

4. Unicentro-PR

“Os movimentos realizam diagnósticos sobre a realidade social, constroem propostas. Atuando em redes, constroem ações coletivas que agem como resistência à exclusão e lutam pela inclusão social. Constituem e desenvolvem o chamado *empowerment* de atores da sociedade civil organizada, à medida que criam sujeitos sociais para essa atuação em rede. Tanto os movimentos sociais dos anos 1980 como os atuais têm construído representações simbólicas afirmativas por meio de discursos e práticas.”

(GOHN, Maria da Glória. Movimentos sociais na contemporaneidade. *Revista Brasileira de Educação*, v. 16, n. 47, Rio de Janeiro, 2011, p. 47. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782011000200005. Acesso em: dez. 2018.)

A afirmativa que melhor explica o texto acerca da relação entre movimentos sociais, sociedade civil e Estado é a:

- a) Os movimentos sociais na contemporaneidade não alinham discurso e prática.
- b) Somente as causas ligadas às minorias são de interesse dos movimentos sociais.
- c) Os movimentos sociais são um braço do Estado na execução de políticas públicas.
- d) Movimento social é um sinônimo para sociedade civil. Refere-se à ação que objetiva alcançar mudanças sociais por meio do embate político.
- e) Os movimentos sociais têm contribuído para criar uma consciência crítica na sociedade, construindo uma agenda de demandas que são expostas via mobilizações.**

Os movimentos sociais contemporâneos são oriundos de grupos da sociedade civil que, por serem historicamente excluídos dos mecanismos de poder ou da plenitude de direitos, atuam por igualdade social. São, por exemplo, pessoas negras, mulheres, membros da comunidade LGBT, trabalhadores sem teto, trabalhadores sem terra etc. O texto de Gohn trata de como as mobilizações desses movimentos evidenciam tais desigualdades e despertam o reconhecimento social da necessidade de o Estado acolher suas demandas. Muitos movimentos sociais têm sido bem-sucedidos no objetivo de conscientização crítica das sociedades.

5. UEL-PR (adaptado) – Francis Fukuyama popularizou a tese de que a sociedade atual está no “fim da história” e autores como Anthony Giddens e Zygmunt Bauman defendem que estamos diante do “fim das utopias”. Esse debate teórico e social coloca no centro da reflexão temas como modernidade, mudanças e movimentos sociais. Sobre o contexto sociopolítico e os fundamentos presentes nesse debate, assinale a alternativa correta.

- a) Os protestos coletivos urbanos, a partir dos anos 1990, quando ocorrem, demonstram ser uma ferramenta política empregada primordialmente pelos indivíduos mais pobres e menos escolarizados.
- b) Os novos movimentos sociais têm apresentado como grandes traços a heterogeneidade dos atores envolvidos, a valorização das adesões individuais e as alianças pontuais independentes do pertencimento de classe.**
- c) O liberalismo econômico é o referencial teórico dos movimentos contra a globalização, revelando a descrença geral com os grandes projetos inspirados nos ideais socialistas e o fim das grandes narrativas.
- d) Para teóricos do “fim da linha” ou do “fim da história”, a pós-modernidade está marcada pela ausência de perspectivas para superar a cristalização de valores, práticas e projetos sociais defendidos na época da modernidade.
- e) O “fim da linha” é o reconhecimento de que os valores criados pela modernidade foram cumpridos, restando às novas gerações garanti-los sem alterações significativas.

Os movimentos sociais contemporâneos dos séculos XX e XXI têm sido marcados por ampla heterogeneidade de identidades culturais, de gênero etc. Nem sempre eles são vinculados às questões de classe, diferentemente do século XIX, quando os movimentos sociais foram amplamente marcados por essas questões, reivindicando, por exemplo, direitos trabalhistas.

6. Enem

C5-H25

A participação da mulher no processo de decisão política ainda é extremamente limitada em praticamente todos os países, independentemente do regime econômico e social e da estrutura institucional vigente em casa um deles. É fato público e notório, além de empiricamente comprovado, que as mulheres estão, em geral, sub-representadas nos órgãos do poder, pois a proporção não corresponde jamais ao peso relativo dessa parte da população.

(TABAK, G. *Mulheres públicas*: participação política e poder. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2002.)

No âmbito do Poder Legislativo brasileiro, a tentativa de reverter esse quadro de sub-representação tem envolvido a implementação, pelo Estado, de

- a) leis que combatem a violência doméstica.
- b) cotas de gêneros nas candidaturas partidárias.**
- c) programas de mobilização política nas escolas.
- d) propaganda de incentivo ao voto consciente.
- e) apoio financeiro às lideranças femininas.

A questão refere-se objetivamente à sub-representação das mulheres em órgãos do Estado. Entre as alternativas, a única coerente com a questão é a alternativa B, já que implementação das cotas para mulheres nas candidaturas é uma política afirmativa que visa garantir maior representatividade feminina no Poder Legislativo.

Competência: Utilizar os conhecimentos históricos para compreender e valorizar os fundamentos da cidadania e da democracia, favorecendo uma atuação consciente do indivíduo na sociedade.

Habilidade: Identificar estratégias que promovam formas de inclusão social.

EXERCÍCIOS PROPOSTOS

7. Unicentro-PR – Um tema bastante discutido atualmente pela sociedade se refere às políticas públicas de ação afirmativa. Atualmente, o Brasil conseguiu construir uma agenda em que a igualdade étnico-racial foi pautada e medidas reparatórias foram instituídas. Uma dessas medidas foram as cotas raciais nas universidades, possibilitando o maior acesso de jovens negros ao ensino superior. Acerca das ações afirmativas, é correto afirmar:

- a) O termo se refere às políticas que geram desigualdade social e uma cisão entre grupos sociais anteriormente unidos.
- b) São ações que podem ser realizadas tanto pelo governo quanto pela iniciativa privada, visando corrigir desigualdades raciais presentes na sociedade.
- c) Uma ação afirmativa gera preconceitos por parte de setores sociais, pois enfatiza as desigualdades sociais existentes.
- d) As ações afirmativas sempre visam à promoção dos negros, gerando um racismo às avessas.
- e) O único objetivo dessas ações é reprimir os discriminadores e conscientizar aqueles que possam vir a discriminar.

8. Unicentro-PR

“O MTST é um movimento que organiza trabalhadores urbanos a partir do local em que vivem: os bairros periféricos. Não é nem nunca foi uma escolha dos trabalhadores morarem nas periferias; ao contrário, o modelo de cidade capitalista é que joga os mais pobres em regiões cada vez mais distantes. Mas isso criou as condições para que os trabalhadores se organizem nos territórios periféricos por uma série de reivindicações comuns. Criou identidades coletivas dos trabalhadores em torno destas reivindicações e de suas lutas”.

(Disponível em: < <http://www.mtst.org/quem-somos/as-linhas-politicas-do-mtst/> >. Acesso em: out. 2018.)

Com base no texto sobre o Movimentos dos Trabalhadores Sem Teto (MTST) e nos conhecimentos sobre direitos e cidadania, é correto afirmar:

- a) O modelo capitalista de cidade não é excludente.
- b) Os trabalhadores que fazem parte do MTST reivindicam apenas por moradia.
- c) As identidades coletivas dos movimentos sociais propiciam a despersonalização dos movimentos reivindicatórios.
- d) O direito à moradia está garantido a todo cidadão brasileiro de acordo com a Constituição de 1988.
- e) As ocupações urbanas, a exemplo de Pinheirinhos, no estado de São Paulo, constantemente passam por processos de reintegração de posse pacificamente.

9. UEL-PR – Leia o texto a seguir.

Uma parte considerável dos novos ativistas já compareceu a protestos e a encontros presenciais, mas há muitos que se manifestam exclusivamente na *internet* sob a forma de textos, *hashtags* e vídeos. E o volume de informação produzido por eles sinaliza a centralidade que a política assumiu no dia a dia dos brasileiros.

(CIRNE, S. Somos todos ativistas. *Galileu*. abr. 2016. p.41. Adaptado.)

As formas de ativismo *on-line* e *off-line* no Brasil demonstram a emergência, na sociedade civil, de novos

atores políticos, que se articulam por meio de ações coletivas em rede.

Com base no texto e nos conhecimentos sobre as recentes formas de mobilização dos atores da sociedade civil, assinale a alternativa correta.

- a) As ações coletivas em rede podem ser comparadas aos movimentos sindicais brasileiros da década de 1970, por adotarem práticas de organização e de mobilização em defesa da esfera privada contra a opressão estatal.
- b) As manifestações políticas organizadas em redes de movimentos caracterizam-se pela participação de diversos grupos e de múltiplos atores imersos na vida cotidiana, com militância parcial e efêmera.
- c) O atual ativismo político no Brasil, a exemplo do mundo, mobiliza entidades e organizações ideologicamente unificadas e com práticas comuns no mercado, a fim de obter vantagens coletivas trabalhistas e salariais.
- d) O ciberativismo, na contemporaneidade, envolve, como no passado, a mobilização das grandes classes e a afirmação do movimento operário como principal protagonista das transformações socioeconômicas.
- e) Os sujeitos dos movimentos favoráveis às políticas neoliberais, na atualidade brasileira, organizam-se em rede para a defesa da intervenção e da regulação da economia e das relações de trabalho, pelo Estado.

10. UFU-MG

Maio de 1978 tem suas raízes no cotidiano operário, tecido especialmente nos primeiros anos da década. Finda a euforia do “milagre”, o afloramento da crise econômica atingia ainda mais diretamente a classe trabalhadora, que pautava a sua atuação nos marcos da resistência contra o binômio arrocho-arbitrio, superexploração-autocracia, que, entrelaçados intimamente, impunham ao proletariado uma dura realidade.

(ANTUNES, Ricardo. *A rebeldia do trabalho*. Confronto operário no ABC Paulista: as greves de 1978/80. São Paulo: Ensaio; Campinas: Editora da Unicamp, 1988. p.13.)

No final da década de 1970, o Brasil assistiu a um grande movimento grevista que foi importante ao provocar mudanças estruturais na política nacional. Aponte a principal motivação para as greves das diferentes categorias daquele momento.

- a) A oposição ao cenário conhecido como “milagre econômico”, situação macroestrutural do período.
- b) A demanda por condições mais dignas de trabalho e o desejo pela estatização das fábricas automotivas.
- c) A recessão econômica que ceifou postos de empregos e reforçou o poder do governo autocrático.
- d) A luta por recomposição salarial e pelo retorno do estado democrático de direito.

11. Unicentro-PR

“[...] o nascente Estado moderno fez o necessário para tornar esse dever obrigatório a todas as pessoas que se encontravam no interior de sua soberania nacional. Nascida como ficção, a identidade precisava de muita coerção e convencimento para se consolidar e se concretizar numa realidade.”

(BAUMAN, Z. 2005, p. 26)

ESTUDO PARA O ENEM

18. Enem

C3-H15

No período anterior ao golpe militar de 1964, os documentos episcopais indicavam para os bispos que o desenvolvimento econômico, e claramente o desenvolvimento capitalista, orientando-se no sentido da justa distribuição da riqueza, resolveria o problema da miséria rural e, conseqüentemente, suprimiria a possibilidade do proselitismo e da expansão comunista entre os camponeses. Foi nesse sentido que o golpe de Estado, de 31 de março de 1964, foi acolhido pela Igreja.

(MARTINS, J. S. *A política do Brasil: lúmpen e místico*. São Paulo: Contexto, 2011. Adaptado.)

Em que pesem as divergências no interior do clero após a instalação da ditadura civil-militar, o posicionamento mencionado no texto fundamentou-se no entendimento da hierarquia católica de que o(a)

- a) luta de classes é estimulada pelo livre mercado.
- b) poder oligárquico é limitado pela ação do Exército.
- c) doutrina cristã é beneficiada pelo atraso do interior.
- d) espaço político é dominado pelo interesse empresarial.
- e) manipulação ideológica é favorecida pela privação material.

19. Enem

C3-H15

A grande maioria dos países ocidentais democráticos adotou o Tribunal Constitucional como mecanismo de controle dos demais poderes. A inclusão dos Tribunais no cenário político implicou alterações no cálculo para a implementação de políticas públicas. O governo, além de negociar seu plano político com o Parlamento, teve que se preocupar em não infringir a Constituição. Essa nova arquitetura institucional propiciou o desenvolvimento de um ambiente político que viabilizou a participação do Judiciário nos processos decisórios.

(CARVALHO, E. R. *Revista de Sociologia e Política*, n. 23, nov. 2004. Adaptado.)

O texto faz referência a uma importante mudança na dinâmica de funcionamento dos Estados contemporâneos que, no caso brasileiro, teve como consequência a

- a) adoção de eleições para a alta magistratura.
- b) diminuição das tensões entre os entes federativos.
- c) suspensão do princípio geral dos freios e contrapesos.
- d) judicialização de questões próprias da esfera legislativa.
- e) profissionalização do quadro de funcionários da Justiça.

20. Enem

C3-H13

Não nos resta a menor dúvida de que a principal contribuição dos diferentes tipos de movimentos sociais brasileiros nos últimos vinte anos foi no plano da reconstrução do processo de democratização do país. E não se trata apenas da reconstrução do regime político, da retomada da democracia e do fim do Regime Militar. Trata-se da reconstrução ou construção de novos rumos para a cultura do país, do preenchimento de vazios na condução da luta pela redemocratização, constituindo-se como agentes interlocutores que dialogam diretamente com a população e com o Estado.

(GOHN, M. G. M. *Os sem-terras: ONGs e cidadania*. São Paulo: Cortez, 2003. Adaptado.)

No processo da redemocratização brasileira, os novos movimentos sociais contribuíram para

- a) diminuir a legitimidade dos novos partidos políticos então criados.
- b) tornar a democracia um valor social que ultrapassa os momentos eleitorais.
- c) difundir a democracia representativa como objetivo fundamental da luta política.
- d) ampliar as disputas pela hegemonia das entidades de trabalhadores com os sindicatos.
- e) fragmentar as lutas políticas dos diversos atores sociais frente ao Estado.

MATERIAL DE USO EXCLUSIVO
SISTEMA DE ENSINO DOM BOSCO

RESPOSTAS E COMENTÁRIOS

MATERIAL DE USO EXCLUSIVO DO SISTEMA DE ENSINO DOM BOSCO



APRESENTAÇÃO

Como disciplina escolar, a sociologia marca-se por idas e vindas ao currículo, abrindo reflexão acerca de como ela se situa nas relações de poder. No Brasil, a discussão sobre o ensino de sociologia começou no século XIX, quando Rui Barbosa propôs sua inserção na educação básica, ideia que se concretizou somente em 1931, por meio da reforma educacional Francisco Campos. Com o advento do Estado Novo, a sociologia perdeu espaço, mantendo-se apenas no processo de formação do magistério. No currículo escolar do regime militar, fragilizou-se a situação da sociologia e da filosofia, substituídas por organização social e política do Brasil e moral e cívica, considerando a opção de profissionalizar o ensino. A redemocratização reintroduziu as disciplinas de sociologia e filosofia, conforme Lei de Diretrizes e Bases da Educação (1996), e a Lei 11.684 de 2008 tornou-as disciplinas permanentes em todo o Ensino Médio.

Compreender o contexto do nascimento da sociologia e seu papel na educação brasileira é fundamental para entender suas características gerais e específicas na escola. Consolidar a sociologia no Ensino Médio significa favorecer a ampliação do conhecimento, considerando ser ela uma forma de saber científico, como qualquer outra ciência, além de responder às necessidades do seu tempo. Uma das formas de instigar esse tipo de pensamento consiste em propiciar informações sistematizadas, com base em teorias e pesquisas que esclarecem questões sócio-históricas. Seus objetos são o conhecimento e a explicação da sociedade pelas diversas formas como os seres humanos a construíram, além das consequências dessa construção e seu impacto nas relações sociais, com apoio principalmente dos conhecimentos sociológicos, antropológicos e políticos.

Diante do exposto, o material de pré-vestibular 2019 contempla assuntos fundamentais das teorias sociológicas, vinculados, obviamente, às discussões comuns à realidade dos jovens, a fim de envolvê-los na participação social. Em grande medida, abordamos temas relevantes nas três grandes áreas das ciências sociais: sociologia, antropologia e ciência política. Assim possibilitamos ampla visão das relações entre indivíduo e sociedade, cultura e política. O projeto compõe-se de sistematização teórica (concepções clássicas e contemporâneas), exercícios de aplicação de diversos níveis envolvendo conteúdos exigidos nos vestibulares e no Enem, além de facilitadores para aprofundamento do tema, como indicações bibliográficas e audiovisuais.

A forma interdisciplinar das provas de vestibular em diversas regiões do Brasil e do Enem pressupõe prévio conhecimento de sociologia, pois a elaboração das redações propostas exige, em grande medida, interpretação de texto e determinado entendimento sociológico, principalmente da estrutura brasileira. O material que elaboramos desenvolve reflexão e conhecimento conceitual a respeito de temas e teorias sociológicas clássicas e contemporâneas. O papel da sociologia, principalmente no Ensino Médio, está essencialmente ligado ao pensamento crítico e à formação humana, implicando a desconstrução de preconceitos e determinismos.

CONTEÚDO

SOCIOLOGIA 3

Volume	Módulo	Conteúdo
3	9	Estado e política: teorias clássicas e modernas
	10	Estado e política: teorias contemporâneas e o Brasil

Comentário sobre o módulo

O que é política? Qual é a relação do Estado com a sociedade? Essas duas questões sintetizam o que vamos estudar neste módulo. Primeiro, veremos a origem do conceito de política e, depois, vamos observar como, ao longo da história, esse conceito sofreu variações durante a Idade Média e na Idade Moderna.

Estudaremos a formação do Estado democrático e da ideia de cidadania, que se universaliza após o Iluminismo, a Independência dos Estados Unidos, a Revolução Francesa e a Revolução Industrial. É durante a formação do Estado que surge ainda a seguinte questão: o Estado deve interferir na economia? A partir disso, estudaremos o Estado mínimo e o Estado de bem-estar social para compreendermos melhor as bases da nossa política atual.

Para ir além

ARENDRT, Hannah. *Entre o passado e o futuro*. São Paulo: Perspectiva, 2000.

- Obra que aborda o conceito de política ao longo da história. Define desde o poder e a política na Grécia Antiga até os autoritarismos do século XX e suas possibilidades de democracia.

BOBBIO, Norberto et al. *Dicionário de política*. Brasília: Ed. da UnB, 1997.

- Dicionário de referência sobre os principais conceitos de política, envolvendo Estado e poder.

MAQUIAVEL, N. *O Príncipe*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

- Obra sobre o conceito de política de Maquiavel.

BORON, Atilio. A sociedade civil depois do dilúvio neoliberal. In: SADER, E.; GENTILI, P. (Orgs.). *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o estado democrático*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

BEHRING, Elaine Rossetti. *Brasil em contrarreforma: desestruturação do Estado e perda de direitos*. São Paulo: Cortez, 2003.

- Obras referentes aos paradigmas de Estado interventor e Estado liberal, internacional e acerca do Brasil.

Exercícios propostos

7. C

A *ágora*, na Grécia Antiga, era o espaço onde os cidadãos reuniam-se para debater assuntos de interesse público e direcionar a cidade-Estado, a *pólis*. Em outras palavras, era o local reservado para fazerem política. Esse conceito de política é um dos fundamentos da concepção contemporânea de Estado democrático.

Competência: Utilizar os conhecimentos históricos para compreender e valorizar os fundamentos da cidadania e da democracia, favorecendo uma atuação consciente do indivíduo na sociedade.

Habilidade: Relacionar cidadania e democracia na organização das sociedades.

8. D

A Grécia Antiga deve ser compreendida como fonte original dos conceitos modernos de Estado, política e democracia. O atual, portanto, é um desdobramento histórico do clássico, que resguarda diferenças conforme as mudanças ocorridas em diferentes épocas. O conceito de Estado-nação moderno, que unifica etnias ou identidades culturais sob um mesmo regime político, é estranho para a Grécia Antiga, cujas cidades-Estado podiam até conter elementos culturais e políticos comuns, mas eram soberanas e possuíam poder político centralizado numa única nação.

9. E

A segurança digital para proteção da privacidade dos cidadãos é uma das maneiras que o Estado pode, atualmente, intervir para promover a boa qualidade de vida da população. O avanço neoliberal e os oligopólios recentes das empresas de tecnologias têm colocado o debate em torno das ações que o Estado deve ter com relação à comercialização e à proteção das informações de seus usuários. Tal debate e tais ações visam analisar, inclusive, o comprometimento da democracia, caso os dados de usuários sejam captados por grandes empresas.

Competência: Utilizar os conhecimentos históricos para compreender e valorizar os fundamentos da cidadania e da democracia, favorecendo uma atuação consciente do indivíduo na sociedade.

Habilidade: Relacionar cidadania e democracia na organização das sociedades.

10. C

Enquanto o liberalismo, em suas vertentes típicas dos séculos XVIII e XIX, defendia a intervenção do Estado em setores como educação, saúde e segurança, o neoliberalismo, a partir de 1970, defendeu a privatização até mesmo desses setores.

11. B

A letra da música expõe como o Estado autoritário é violento contra o corpo físico dos seus opo-

sitores e, ao mesmo tempo, contra suas ideias e liberdades.

12. E

O neoliberalismo, desde a década de 1970, tem se expandido concomitantemente à globalização. O Estado de bem-estar social, antes majoritário no mundo e caracterizado pela maior intervenção estatal na economia, tem perdido espaço para o Estado mínimo. Esse Estado neoliberal promove privatizações e concessões para a iniciativa privada, inclusive nas áreas de educação e saúde, mantendo, porém, a intervenção na segurança. Portanto, apesar de no Estado mínimo ocorrer intervenção estatal em nome da segurança nacional e de uma suposta identidade nacional, há, na verdade, o estabelecimento de normas rígidas para controle da imigração.

13. C

Os Estados absolutistas, sem instrumentos políticos de consulta pública e com uso do aparato estatal para repressão de opositores, concentravam os poderes políticos integralmente na figura dos monarcas. O Estado era utilizado para atender aos interesses privados da família real, ao mesmo tempo em que concedia questões de interesse público para apaziguamento de revoltas.

14. D

As leis antitrustes e a tentativa de conter a livre ação da iniciativa privada são exemplos da intervenção do Estado na economia. Apesar do avanço do neoliberalismo e das privatizações nos Estados democráticos contemporâneos, ainda é comum observar interferências estatais, por exemplo, nas tentativas de proteção dos produtos nacionais e no estabelecimento de regras sobre a privacidade dos cidadãos no uso de tecnologias digitais. Com o avanço da globalização e da informatização, as empresas dominantes na oferta de tecnologias digitais têm, progressivamente, estabelecido oligopólios mundiais e exercido influência na economia, na política e na cultura.

15. C

O regime militar brasileiro remonta a períodos de Estados autoritários, com poder centralizado num governo que não foi eleito pelo povo. No caso brasileiro, foram negados aos cidadãos principalmente os direitos ao livre pensamento e a protestos contra a ideologia governamental, uma vez que o Estado foi utilizado para silenciar opositores, com uso, inclusive, da violência.

16. A

O período autoritário do regime militar brasileiro foi violento e opressor contra seus opositores, que reivindicavam a democracia. Entre os opositores, podemos citar artistas, intelectuais, estudantes, trabalhadores e sindicalistas.

17. B

Como exposto no trecho, Habermas defende uma cidadania ativa que permita aos cidadãos debaterem as questões públicas administradas pelo Estado, por meio de canais para livre expressão dos cidadãos. Assim, pode-se incluir nas decisões estatais as heterogeneidades presentes na população e, enfim, promover maior inclusão social.

Competência: Utilizar os conhecimentos históricos para compreender e valorizar os fundamentos da cidadania e da democracia, favorecendo uma atuação consciente do indivíduo na sociedade.

Habilidade: Identificar estratégias que promovam formas de inclusão social.

Estudo para o Enem

18. D

Conforme a definição contemporânea de Estado, o desenvolvimento dele deve estar atrelado à elevação da qualidade de vida de toda a população, sem a concessão de privilégios para determinadas classes. A cidadania depende da não passividade do cidadão frente às ações do Estado e da sua atividade por meio do voto, de mobilizações sociais, de protestos e, caso deseje, de candidatura para cargos políticos. Além disso, a cidadania depende da garantia aos cidadãos dos requisitos para uma boa qualidade de vida, como saúde, educação e possibilidade de prosperidade econômica. A ascensão econômica, portanto, deve depender da melhoria da qualidade de vida de toda a população, e não de uma elite.

Competência: Utilizar os conhecimentos históricos para compreender e valorizar os fundamentos da cidadania e da democracia, favorecendo uma atuação consciente do indivíduo na sociedade.

Habilidade: Identificar estratégias que promovam formas de inclusão social.

19. E

O Iluminismo, que influenciou a Revolução Francesa, propôs que os cidadãos fossem iguais perante a lei. Foi fundamental para o fim dos privilégios das classes dominantes, como a nobreza e o clero.

Foi, também, fundamental para a concepção do Estado como entidade laica e voltada para o bem-estar da população.

Competência: Utilizar os conhecimentos históricos para compreender e valorizar os fundamentos da cidadania e da democracia, favorecendo uma atuação consciente do indivíduo na sociedade.

Habilidade: Identificar estratégias que promovam formas de inclusão social.

20.A

Do excerto, podemos destacar a ideia da sociedade autossuficiente, voltada para o bem comum,

que reconheça as regras para a boa convivência e cuja justiça derive de uma concepção pública. Essas características são basilares do liberalismo, que defende a autonomia dos cidadãos perante o Estado, em vez da submissão a poderes centralizados.

Competência: Utilizar os conhecimentos históricos para compreender e valorizar os fundamentos da cidadania e da democracia, favorecendo uma atuação consciente do indivíduo na sociedade.

Habilidade: Relacionar cidadania e democracia na organização das sociedades.

MATERIAL DE USO EXCLUSIVO DO SISTEMA DE ENSINO DOM BOSCO

10 ESTADO E POLÍTICA: TEORIAS CONTEMPORÂNEAS E O BRASIL

Comentário sobre o módulo

Como se define o Estado e a política na atualidade? Qual a formação e a caracterização atual do Estado brasileiro? O que são movimentos sociais? Essas são as questões que norteiam os nossos estudos neste módulo. Abordaremos como o Estado brasileiro se define, enquanto Estado democrático de direito, com direitos políticos, civis e sociais. Estudaremos também alguns fatores, como o patrimonialismo, o autoritarismo, a corrupção e as desigualdades sociais, que fazem com que o país não tenha uma democracia plena.

Para ir além

CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

DAGNINO, Evelina. Os movimentos sociais e a emergência de uma nova noção de cidadania. In: DAGNINO, E. (Org.). *Os anos 90: política e sociedade no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1994.

GOHN, Maria da Glória. *Teoria dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos*. São Paulo: Loyola, 1997.

- Obras sobre teorias de movimentos sociais e a formação da cidadania, especialmente a partir dos conceitos de direitos civis, políticos e sociais. Há abordagens internacionais e sobre o Brasil.

Exercícios propostos

7. B

Na contemporaneidade, os Estados democráticos são vistos como responsáveis por garantir uma boa qualidade de vida a todos os cidadãos, sem favorecimentos ou exclusão por gênero, cor, classe social ou qualquer outra diferença cultural. Além disso, o preconceito e a discriminação são crimes. Assim, a responsabilidade do Estado também inclui reparar desigualdades sociais decorrentes da história do país. As cotas são ações afirmativas porque promovem maior igualdade no acesso a educação superior, por exemplo. As pessoas negras foram historicamente excluídas de diversos espaços privilegiados, como as universidades.

8. D

Segundo a Constituição de 1988, todos os cidadãos e cidadãs têm direito à moradia. Portanto, é função do Estado zelar para que todos possam, em igualdade, adquiri-la. O MTST reivindica esse direito ao protestar para que o governo cumpra essa sua função social.

9. B

Os movimentos sociais contemporâneos distinguem-se dos movimentos sindicais e políticos do século

XIX e da primeira metade do século XX porque não são necessariamente da ordem da relação capital/trabalho (referente à luta de classes) ou unidos por uma ideologia política (por exemplo: capitalismo ou comunismo). Atualmente, há grupos com demandas já tradicionais e que perduram em suas lutas, como o movimento negro e o feminista. Por outro lado, há grupos formados, por exemplo, em bairros, com reivindicações diversas em relação a seus locais de moradia, e outros organizados para fins específicos, como os grupos de estudantes pleiteando a redução do preço de passes de ônibus. Muitos desses grupos são formados por pessoas que unem-se momentaneamente ao redor de pautas comuns, geralmente de causas que não são duradouras, e sem necessariamente terem uma ideologia em comum.

10. D

Nesse período, o Estado brasileiro vivia o regime militar (1964-1985), especialmente após o “milagre econômico” (1969-1973) ceder e manifestar as consequências de alto endividamento, crise econômica e arrocho salarial. As greves sindicais do período eram reflexo da mobilização de trabalhadores na luta pela recomposição salarial e pelo fim do regime militar. As causas trabalhistas associavam-se, portanto, às causas políticas.

11. C

Bauman aborda o nascimento do Estado moderno vinculado ao sentimento do povo de pertencimento a uma identidade nacional. Nascido após a queda do feudalismo, foi necessário um intenso movimento ideológico e coercitivo para convencer o povo de que suas identidades estavam vinculadas ao fato de pertencerem a um Estado-nação. Isso favoreceu a subordinação da população e a estabilidade do Estado. Atualmente, a identidade não se limita ao Estado nacional, já que os movimentos sociais demonstram e afirmam identidades vinculadas a outros fatores.

12. C

O artigo aborda o direito dos indígenas de viverem conforme suas culturas. Essa conquista é típica dos movimentos sociais contemporâneos, que lutam por suas identidades culturais. O movimento indígena brasileiro do século XX garantiu que representantes dos povos indígenas participassem da Assembleia Constituinte de 1987-1988, quando foram aprovadas leis para que o Estado atuasse pela preservação e defesa de suas culturas.

Competência: Utilizar os conhecimentos históricos para compreender e valorizar os fundamentos

da cidadania e da democracia, favorecendo uma atuação consciente do indivíduo na sociedade.

Habilidade: Analisar as lutas sociais e conquistas obtidas no que se refere às mudanças nas legislações ou nas políticas públicas.

13. B

O clientelismo é uma prática comum no Brasil e tem suas origens na colonização. Podemos citar, por exemplo, as capitânicas hereditárias e sua origem de concessão portuguesa a administradores e produtores nas colônias; a vinda da família real em 1808, que instituiu um aparato estatal intensamente marcado pelo patrimonialismo; ou ainda o coronelismo e a política café com leite, que marcaram a troca de favores na Primeira República. Enfim, os abusos de poder cometidos pelo poder público em troca de interesses particulares é prática recorrente na história brasileira.

14. D

A cidadania ativa, conceito fundamental das democracias contemporâneas, engloba os amplos direitos políticos, como o direito ao voto, à candidatura a cargos públicos, ao protesto e à participação em movimentos sociais. Esses direitos devem ser universais, ou seja, concernentes a toda população brasileira, sem discriminação por gênero, cor, orientação sexual e classe social.

15. A

Por direitos sociais entende-se aqueles que buscam garantir a boa qualidade de vida, como educação, saúde, moradia e direitos trabalhistas.

16. D

O Estado democrático contemporâneo visa eliminar as relações de poder autoritárias que impedem a liberdade de expressão, de sentimentos, de identidade cultural e da vida em geral – características dos direitos civis. Por essa razão, o debate sobre gênero compete a toda a população de modo que possam compreender as diferenças e respeitá-las, superando desigualdades sociais.

17. E

A discordância ideológica não configura motivo legal para a destituição de um presidente pelo poder Legislativo. Se há diferença de ideias entre Executivo e Legislativo, é porque o povo assim decidiu, ao votar nas diferentes vertentes políticas nas eleições.

Estudo para o Enem

18. E

O trecho aborda o receio da Igreja Católica em relação ao avanço do comunismo no Brasil, es-

pecialmente entre os mais pobres que, segundo ela, estão mais sujeitos ao proselitismo.

Competência: Compreender a produção e o papel histórico das instituições sociais, políticas e econômicas, associando-as aos diferentes grupos, conflitos e movimentos sociais.

Habilidade: Avaliar criticamente conflitos culturais, sociais, políticos, econômicos ou ambientais ao longo da história.

19. D

O excerto aborda a divisão entre os três poderes nos Estados democráticos contemporâneos – Executivo, Legislativo e Judiciário. Em especial, trata da introdução do Tribunal Constitucional e de seu impacto sobre o governo (poder Executivo), que, além de ter seu poder limitado pelo Congresso (Legislativo), passou também a ser vigiado pelo Judiciário. No Brasil, não há eleições para os membros do Judiciário, nem a profissionalização deles (já que há cargos nomeados). Além disso, não houve a diminuição das tensões entre os três poderes nem a suspensão do princípio geral dos freios e contrapesos (em outras palavras, de vigilância entre os três poderes). Houve apenas, conforme as alternativas, a participação do sistema jurídico nas questões políticas estatais.

Competência: Compreender a produção e o papel histórico das instituições sociais, políticas e econômicas, associando-as aos diferentes grupos, conflitos e movimentos sociais.

Habilidade: Avaliar criticamente conflitos culturais, sociais, políticos, econômicos ou ambientais ao longo da história.

20. B

No processo de redemocratização, os movimentos sociais foram classificados como parte dos direitos políticos dos cidadãos. Os debates, manifestações e protestos mobilizados por eles ampliaram a participação política da população para além do voto, promovendo a cidadania ativa.

Competência: Compreender a produção e o papel histórico das instituições sociais, políticas e econômicas, associando-as aos diferentes grupos, conflitos e movimentos sociais.

Habilidade: Analisar a atuação dos movimentos sociais que contribuíram para mudanças ou rupturas em processos de disputa pelo poder.

MATERIAL DE USO EXCLUSIVO
SISTEMA DE ENSINO DOM BOSCO

PRÉ-VESTIBULAR
EXTENSIVO

3



www.dombosco.com.br



701625347